

Propostas de mudança na Constituição batem recorde

Reforma política e eleitoral, funcionamento e competência do Legislativo e regras tributárias são temas da maioria das emendas que visam mudar

a Constituição. Falta de convergência quanto à necessidade das alterações e pauta trancada por medidas provisórias explicam o acúmulo.

páginas 6 e 7



MOVIMENTO NACIONAL DOS MOTOCICLISTAS PROFISSIONAIS

Atividade polêmica, mototáxi busca regulamentação

páginas 8 e 9

Mototaxistas em Goiânia: segundo estimativa da categoria, 1 milhão de brasileiros poderão ser beneficiados com projeto, mas alta taxa de mortalidade pode ameaçar passageiros

institucional

Marina Silva defende "instituinte" na Casa

Para Marina, Senado precisa ser refundado como instituição. "A crise nunca foi tão oportuna", afirmou ela, que propõe debate durante o recesso.

Novo portal traz mais transparência à gestão

Informações sobre verbas indenizatórias, orçamento, servidores ativos e comissionados, contratos e licitações estão na rede.



Ao lado do novo diretor-geral, Haroldo Tajra, e diretores, Heráclito (E) participa da reunião na sexta-feira

Conselho discute a reestruturação administrativa

página 12

direito social

Aprovada emenda que acelera divórcio

página 3

amazônia

Senadores repercutem sanção de MP

página 11

e mais...

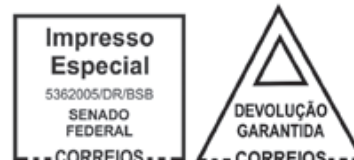
ambiente legal	4
agora é lei	5
projetos aprovados	10
resenha	14
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

Cuidados para não pegar a nova gripe

Os casos da doença quadruplicaram em uma semana e elevaram o estado de alerta das autoridades e da população. Veja os critérios do Ministério da Saúde para definir as suspeitas de infecção e as recomendações para evitar o contágio.

página 16



agenda

MP que incentiva construtora pode ser votada na terça

Medida que tranca a pauta também reduz tributos para fabricação de motocicletas, aumenta impostos sobre cigarros e isenta cadeira de rodas

A medida provisória (MP) que concede benefícios fiscais para construtoras de imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida mantém trancada a pauta do Plenário e poderá ser votada na sessão deliberativa desta terça-feira. A MP também reduz tributos para fabricação e importação de motocicletas, aumenta o tributo sobre cigarros e concede isenção de impostos na compra de cadeira de rodas e próteses por pessoas com deficiência.

Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/09

que tem como relatora a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a Medida Provisória 460/09 aumenta a tributação sobre o cigarro, com objetivo não só de combater o tabagismo, mas também de compensar a renúncia fiscal decorrente da redução de impostos.

Na última quarta-feira, Ideli Salvatti (PT-SC) comunicou ao Plenário que ela e o senador Adelmir Santana (DEM-DF) apresentaram emenda ao PLV 12/09, como forma de autorizar a cobrança de preços diferentes nos pagamentos realizados com



Lúcia Vânia é relatora do projeto que, entre outros objetivos, visa combater o tabagismo

cartão de crédito em relação aos preços pagos à vista na venda de bens ou na prestação de serviços. Ideli informou que a relatora da matéria já disse que vai aceitar a emenda.

De acordo com Ideli, a ideia de apresentar a modificação na forma de emenda ao PLV surgiu durante audiência pública ocorrida terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

JOSE CRUZ

Requerimento de criação da CPI do Dnit é lido em Plenário

Requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar supostas irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) foi lido na quarta-feira em Plenário. O documento protocolado pelo senador Mario Couto (PSDB-PA) tem 29 assinaturas.

Esta é a segunda tentativa de Mário Couto de instalar uma comissão para investigar o Dnit. Há três meses outro documento foi lido com esse objetivo, mas quatro parlamentares retiraram as assinaturas antes da publicação oficial, não alcançando o mínimo exigido pela Constituição e pelo Regimento Interno.

A CPI pretende apurar as "causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados na contratação de serviços, obras, processos licitatórios, convênios, entre outras irregularidades, praticadas pelo Dnit, evidenciados a partir de relatórios e demais

atos fiscalizadores do Tribunal de Contas da União (TCU)".

Mário Couto argumenta, na justificação ao pedido de CPI, que constantemente os relatórios do TCU detectam irregularidades nos convênios, contratos e instrumentos congêneres praticados pelo Dnit, levando, quase sempre, à suspensão da execução física e financeira dessas obras. Ele também aponta a existência de inúmeras licitações suspensas ou canceladas por vícios.



Mário Couto aponta existência de licitações do Dnit suspensas ou canceladas por vícios

GERALDO MAGELA

CCJ vota fim do sigilo bancário de agentes públicos

O sigilo bancário assegurado ao cidadão pela Lei Complementar 105/01 poderá deixar de abranger o presidente e o vice-presidente da República, além de ministros de Estado, congressistas, dirigentes partidários e presidentes e diretores de entidades da administração direta e indireta. A medida consta de texto do relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), a projeto da Câmara (PLC 47/03 – Complementar) que cria o Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas e pode ser votado nesta quarta-feira pela Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Suplicy disse que se inspirou em proposição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que tramitava em conjunto com o PLC 47/03. "O instituto do sigilo bancário aplicável aos particulares em geral não pode ser extensivo aos agentes que atuam no setor público", afirma Suplicy. O projeto determina que as instituições financeiras deverão encaminhar ao Banco Central a relação de seus clientes, com respectivos dados financeiros.

CRA pode votar permissão para produtor rural renegociar dívidas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária pode analisar nesta terça-feira projeto que abre caminho para que produtores rurais renegociem dívidas contraídas junto aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A proposta, apresentada pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB), tem parecer favorável do senador Gerson Camata (PMDB-ES) e ainda será submetida, em decisão terminativa, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

comissões

Segunda-feira

10h – JURISTAS

Código Penal – Audiência, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com autoridades do estado de São Paulo. O encontro faz parte da rodada de reuniões para levantar sugestões sobre o projeto de reformulação do Código de Processo Penal. Entre os convidados, estão o governador, José Serra, o presidente da assembleia legislativa, deputado Barros Munhoz, e o prefeito, Gilberto Kassab.

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA

Dívida – A comissão analisa proposta de renegociação da dívida dos produtores rurais relativa a financiamentos com recursos dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

IR – Entre os dez itens da pauta, comissão examina projeto que institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e o que reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas.

11h – EDUCAÇÃO

Pronac – Na pauta, proposta que acrescenta dispositivo à Lei Rouanet (8.313/91) para incluir os projetos de

aprimoramento profissional para áreas de audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

11h – MEIO AMBIENTE

Energia solar – Audiência pública para debater o emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional. Foram convidados, entre outros, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho; o superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Máximo Luiz Pompermeyer; e o representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Mozart Siqueira.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rádio/TV – A comissão vota 39 projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e TV. O primeiro item da pauta regulamenta as transmissões ao vivo, pela Rádio Senado, das sessões plenárias e reuniões de comissões do Senado e do Congresso Nacional.

9h30 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ZPEs – Os senadores analisam dois

projetos que autorizam a criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos municípios de São Borja e Itaqui, ambos no Rio Grande do Sul. Outro projeto acrescenta, ao Estatuto da Cidade, a garantia de posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Defesa – Audiência pública para ouvir o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a estratégia nacional de defesa e esclarecer notícias de que a base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, seria desativada em função de impasse com comunidades quilombolas. Antes, cerimônia de aposição de retrato do senador Heráclito Fortes na galeria de presidentes da comissão. Após a audiência, análise da indicação de Alfredo Cesar Martinho Leoni para o cargo de embaixador do Brasil no Paquistão e, cumulativamente, no Tadjiquistão e no Afeganistão; e de Ricardo Luiz Viana de Carvalho, para Bangladesh.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Cadastro – Na pauta, projeto que institui o Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Cooperativas – A comissão debate projeto que trata da organização e funcionamento das cooperativas de

trabalho. Entre os convidados, os presidentes da Associação dos Médicos do Brasil, José Luiz Gomes do Amaral; do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade; e da Federação Nacional das Cooperativas Médicas, José Augusto Ferreira.

Quinta-feira

8h30 – INFRAESTRUTURA

PAC – A comissão discute a situação do porto de Luís Correia, no estado do Piauí, e a possibilidade de se incluir essa obra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram convidados o ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, Pedro Brito do Nascimento, e o ex-presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, Elói Portela.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Irã – Audiência pública para ouvir o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre o posicionamento do Brasil frente às recentes manifestações políticas no Irã.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Advogado – Antes da pauta, a comissão debate, com Antonio Carlos Alpino Bigonha, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, projeto que trata do crime de violação dos direitos e prerrogativas do advogado.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa Pauta trancada – As votações devem ser iniciadas obrigatoriamente pelo projeto de lei de conversão (PLV 12, proveniente da Medida Provisória 460/09) que trata do Programa Minha Casa, Minha Vida e atribui à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. Constam ainda da pauta duas MPs que abrem créditos extraordinários para diversos órgãos do Executivo.

Quarta-feira e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

decisões

Político pode ser cassado por atos anteriores ao mandato

Um congressista poderá ter seu mandato cassado por ato contra o decoro parlamentar, mesmo que ele tenha sido cometido antes de sua diplomação, define proposta de emenda à Constituição (PEC 37/08) aprovada pela CCJ.

A PEC, que agora vai ao Plenário, foi apresentada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e estende aos suplentes de senador as normas disciplinares relativas à ética e ao decoro aplicáveis aos titulares do mandato. Para Virgílio, enquadrar como quebra do decoro parlamentar o desvio de conduta praticado antes da diplomação segue o

princípio constitucional da moralidade pública.

Com relação aos suplentes, o senador lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou, em julgamento, que as restrições constitucionais inerentes ao exercício do mandato parlamentar não se estenderiam aos suplentes.

A ideia da PEC é mudar esse entendimento. Submeter os suplentes às mesmas regras servirá para impedir que assumam o mandato, provisória ou definitivamente, "sem condições morais para se tornar membro dessa respeitável instituição", disse Virgílio.

CANDIDATURAS AVULSAS

A CCJ vai realizar um debate público sobre a PEC 21/06, que regulamenta as chamadas candidaturas avulsas (pessoas não filiadas a partidos políticos). Pela proposta do senador Paulo Paim (PT-RS), além da filiação partidária, também poderá disputar aquele que contar com o apoio de um determinado número de eleitores.

Papiloscopista será reconhecido como perito oficial

Os papiloscopistas e demais servidores públicos com denominações equivalentes poderão integrar a carreira de peritos oficiais, prevê projeto aprovado em decisão terminativa pela CCJ. Esses profissionais atuam nas áreas civil e criminal e realizam perícias que ajudam na identificação de pessoas vivas ou mortas, a partir de suas impressões digitais ou de reconstruções faciais.

O PLS 244/09, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), foi apresentado para viabilizar a votação favorável em Plenário de outro projeto (PLC 204/08) – que regulamenta as perícias oficiais – já aprovado na CCJ e que qualifica como peritos oficiais apenas os peritos criminais, os peritos médicos-legistas



Ideli acha justa a medida, mas rejeitou emenda ao projeto original para não atrasar a tramitação

e os peritos odontologistas, omitindo os papiloscopistas.

Para evitar que o PLC 204 voltasse à Câmara, Ideli, como relatora, rejeitou uma emenda incluindo essa categoria, mas se comprometeu a apresentar um projeto independente.

AMPLIADO CONSELHO DA SUFRAMA

Um aumento de dez para 25 membros no Conselho de Administração da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e será submetido ao Plenário. Pela proposta (PLC 136/08), o conselho será composto por dez ministros; cinco governadores e cinco prefeitos da região Norte, o superintendente da Suframa; os presidentes dos BNDES e do Banco de Desenvolvimento da Amazônia; um representante dos produtores e um dos trabalhadores. Os conselheiros não serão remunerados.

NOVOS CARGOS

Cinco projetos propondo criação de cargos e mudanças na composição e organização interna dos tribunais regionais do trabalho (TRTs) foram aprovados pela CCJ.

Outra proposta aprovada, esta do Executivo, cria cargos e funções no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

DEFENSOR PÚBLICO

A indicação de José Rômulo Plácido Sales ao cargo de defensor público-geral da União deve ser votada pelo Plenário nesta semana, depois de aprovada pela CCJ. Aos senadores, Plácido Sales defendeu a ampliação do número de defensores públicos, responsáveis pela assistência jurídica gratuita a pessoas carentes.



Demostenes (E, com o senador Arthur Virgílio): a sociedade e os costumes mudaram e divórcio dá nova chance às pessoas

Comissão aprova fim de exigência para divórcio

PEC acaba com prazo mínimo de separação judicial ou de corpos para pedido do fim do casamento. Proposta precisa ser votada pelo Plenário

A exigência de um prazo mínimo de separação antes do pedido do divórcio deve ser abolida, de acordo com proposta de emenda à Constituição (PEC 28/09) aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão irá a exame final em Plenário e, se aprovada, será promulgada pelas Mesas das duas Casas do Congresso. Atualmente, para entrar com processo de divórcio, a pessoa interessada precisa provar a separação judicial por mais de um ano ou a separação de fato por mais de dois anos.

O texto aprovado veio da Câmara dos Deputados, onde o deputado Joseph Bandeira (PT-BA) consolidou as propostas de Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) e Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA). Os autores apresentaram suas propostas acolhendo sugestão do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDF), entidade que

reúne juizes, advogados, promotores de Justiça, psicólogos, psicanalistas e outros profissionais que atuam no campo das relações de família.

Ao recomendar a aprovação, o relator na CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), destacou que a exigência da separação prévia surgiu como forma de acomodar pressões da Igreja Católica contra a aprovação do divórcio, oficialmente instituído no país em 1977. Havia o temor, por parte da Igreja, de que a "família acabasse" com o advento do divórcio.

Contestando essa visão, Demostenes disse que o divórcio serve apenas aos casais que não querem mais viver juntos e que, assim decidindo, precisam ficar isentos das dificuldades atuais.

– Não tem que ter tempo prévio de separação, pois isso só enriquece cartórios e faz com que a Justiça se encha de processos – afirmou.

Para Demostenes, a PEC reconhece que a sociedade e seus costumes mudaram, e o divórcio não veio para "atrapalhar" as famílias. Ao contrário, acredita o senador, garante condições aos casais "que não deram sorte" num primeiro casamento tentarem novamente.

Valter Pereira (PMDB-MS) disse que a exigência da separação prévia ao divórcio não faz

mais sentido.

– Havia uma reação muito grande ao divórcio quando se instituiu essa obrigatoriedade, mas a cultura mudou e esse óbice não existe mais – reforçou.

Para relator, exigência atual só enriquece cartórios

MP poderá propor ação de usucapião nas cidades

Proposta aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) permite ao Ministério Público Federal (MPF) propor ações de usucapião especial urbano. Pela legislação atual, o órgão já detém essa prerrogativa em relação a ações que envolvem conflitos pela posse de terra rural. A matéria seguirá agora para análise da CCJ, onde tem decisão terminativa.

Pelo Estatuto da Cidade, uma ação de usucapião especial permite a regularização fundiária de áreas urbanas ocupadas pelo período de cinco anos, e de modo ininterrupto, por pessoas de baixa renda, desde que a posse não tenha sido contestada. Porém, a lei só dá a iniciativa da ação àquele que detém a posse da terra de forma individual, conjunta ou por meio de associação de moradores.

Marco Maciel (DEM-PE) considera a proposta (PLS 49/09) coerente, na medida em que o MP já tem essa atribuição em conflitos de terra rural. O senador acredita ainda que a proposição resultará em benefício adicional, ao contribuir para "a solução pacífica de conflitos urbanos".

– Esse é mais um meio às comunidades carentes para facilitação e ampliação do acesso à Justiça – afirma Maciel.

Regulamentação de mandados vai a Plenário

A CCJ também aprovou, na semana passada, parecer favorável do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto de lei da Câmara (PLC 125/06) que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo (previsto na Constituição de 1988, mas até hoje não regulamentado).

No caso do coletivo, a proposta abre esse recurso a partido político (com representação no Congresso Nacional), na defesa de interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária; e a organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, na defesa de direitos de seus associados.

Sobre o individual, determina sua concessão a qualquer pessoa física ou jurídica que sofra violação ou se sinta ameaçada por ato ilegal ou abusivo de autoridade – representantes ou órgãos de partidos políticos, os administradores de autarquias, dirigentes de pessoas jurídicas ou ocupantes de cargos públicos em geral.

A proposta, elaborada por uma comissão de juristas, foi enviada pelo Executivo ao Congresso em 2001. Foi aprovado pedido de urgência para votação da matéria em Plenário.

debates



Tereza Costa, Giannetti da Fonseca, senador Valter Pereira e José Caixeta na CRA: comissão quer estabelecer contraditório

Embargo à carne leva senadores ao Pará

CRA quer ouvir Ministério Público e Greenpeace e propor saída ao impasse que impede a comercialização de carne bovina do estado

A situação do setor pecuarista paraense será objeto de uma segunda reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que nesta quinta-feira ouvirá, no estado, representantes do Ministério Público (MP) e da organização não governamental Greenpeace sobre o embargo à carne produzida pelo Frigorífico Bertin. O anúncio foi feito na semana passada pelo presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS). Ele lamentou que, na última terça-feira, o MP e o Greenpeace não tenham comparecido à CRA, o que impediu "estabelecer o contraditório".

Segundo representantes da

Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o MP, baseado em autos de infração a 14 das 2.500 fazendas fornecedoras de carne para o Bertin, teria enviado intimação a todos os clientes do grupo, solicitando-lhes que parassem de comprar carne da empresa. Já o Greenpeace estaria informando aos países consumidores que o gado nacional é majoritariamente produzido na Amazônia, por meio de desmatamento ilegal da floresta.

A Abiec e a CNA poderão ingressar com ação na Justiça para resolver o impasse em tor-

no da comercialização de carne bovina no Pará, enfatizaram os representantes das entidades.

O diretor-executivo da Abiec, Roberto Giannetti da Fonseca, contestou o Greenpeace. Apenas 20% de todo o gado nacional, cerca de 38 milhões de cabeças de um total de 198 milhões, têm origem na Amazônia e, mesmo assim, na parte regularizada da floresta, disse.

O presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura de Goiás e membro do Fórum Permanente de Pecuária de Corte da CNA, José Manoel Caixeta, disse que a CNA está bastante preocupada com as colocações do Greenpeace.

– Vamos buscar todos os meios para garantir a produção bovina e a de grãos no território brasileiro – afirmou.

Já a secretária de Produção e Turismo de Mato Grosso do Sul, Tereza Cristina da Costa, mencionou que o Programa de Identificação Individual do Gado Bovino funcionará como uma carteira de identidade de cada boi. Por meio dela será possível garantir a procedência do animal e fornecer as informações ambientais necessárias.

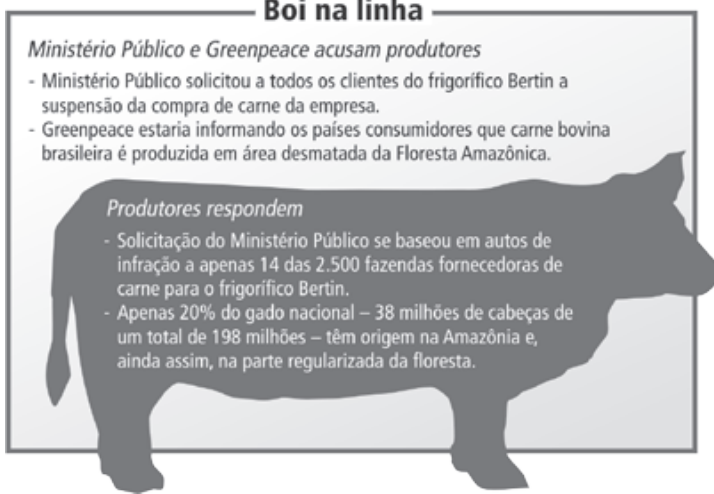
Boi na linha

Ministério Público e Greenpeace acusam produtores

- Ministério Público solicitou a todos os clientes do frigorífico Bertin a suspensão da compra de carne da empresa.
- Greenpeace estaria informando os países consumidores que carne bovina brasileira é produzida em área desmatada da Floresta Amazônica.

Produtores respondem

- Solicitação do Ministério Público se baseou em autos de infração a apenas 14 das 2.500 fazendas fornecedoras de carne para o frigorífico Bertin.
- Apenas 20% do gado nacional – 38 milhões de cabeças de um total de 198 milhões – têm origem na Amazônia e, ainda assim, na parte regularizada da floresta.



CCT debate rastreamento de agrotóxicos usados na produção de alimentos

A rastreabilidade dos agrotóxicos utilizados na produção de alimentos – prevista em projeto (PLS 337/08) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) – será tema de debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A iniciativa foi da senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

O projeto inclui entre as condições para a venda de agrotóxicos a exibição de código de barras que permita rastrear o produto, as matérias-primas utilizadas e os processos de fabricação em toda a cadeia produtiva.

A senadora, ao requerer o debate, observou que o agrotóxico é um "insumo fundamental no cultivo agrícola", que representa "parcela expressiva" dos custos totais de produção. Dessa forma, qualquer aumento no custo desse insumo poderia representar "flutuação significativa" nas margens de lucro dos produtores.

– Queremos que a ciência possa nos pautar, em busca do equilíbrio, para que medidas desnecessárias não levem ao aumento dos preços dos alimentos.

internacional

Ratificado acordo entre Brasil e Suriname sobre pessoas condenadas

O Plenário do Senado ratificou três acordos internacionais. Pelo Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 276/08, aprovou o Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Brasil e o Suriname, celebrado em 16 de fevereiro de 2005.

O PDL 277/08 diz respeito ao

Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em setembro de 1994, e o PDL 74/09, ao Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, de agosto de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em 8 de dezembro de 2005.

Avança livre comércio entre Mercosul e Israel

Dois acordos de livre comércio firmados entre o Mercosul e Israel, em 2005 e 2007, obtiveram pareceres favoráveis da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. O livre comércio entre as duas partes, porém, não deverá valer para os territórios ocupados por Israel a partir de 1967, segundo modelo já adotado pela União Europeia.

O relator da mensagem presidencial, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), informou que o texto resultou de amplo entendimento político envolvendo o Itamaraty, a embaixada de Israel em Brasília e o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que havia apresentado voto em separado.

CRE questiona posição do governo sobre Irã

A reação do governo brasileiro às manifestações ocorridas no Irã após a divulgação dos resultados das eleições naquele país será debatida nesta quinta-feira, na Comissão de Relações Exteriores (CRE). O presidente da comissão, Eduardo Azeredo, propôs convidar o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Logo após as eleições iranianas, o presidente Lula mencionou que o presidente reeleito Mahmoud Ahmadinejad havia obtido mais de 60% dos votos e que, a não ser pela oposição, os resultados não foram questionados, apesar das acusações de que houve fraude no pleito.

ambiente legal

Cidade de Goiás quer evitar nova tragédia ambiental

O alerta divulgado pelo **Jornal do Senado** na semana passada – sobre o risco de uma nova grande enchente no rio Vermelho e de colapso no abastecimento de água da cidade de Goiás – mobilizou o município

e o estado, que querem evitar uma tragédia como a de 2001, quando o rio subiu 4,7 metros acima do nível normal. Agora, o geólogo Pedro Vieira prevê a possibilidade de uma elevação de 3,6 metros em até dois anos.

PREOCUPAÇÃO DE ESPECIALISTAS

O temor de nova enchente na cidade de Goiás é compartilhado por especialistas como o ecólogo Frans Leeuwenberg e Rodrigo Santana, coordenador operacional do XI Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, que se encerrou no dia 21 e trouxe oficinas e mesas-redondas sobre a questão ambiental.

DESMATAMENTO ELEVA OS RISCOS

Rodrigo Santana explica que o desmatamento e a degradação nas cabeceiras dos córregos que abastecem a cidade e na nascente do rio Vermelho potencializam os efeitos das enchentes, fazendo com que a água da chuva chegue mais rapidamente ao leito dos rios.

LIXÃO É AMEAÇA

Além de comprometido pela devastação das matas ciliares dos córregos, o suprimento de água da antiga capital do estado de Goiás está ameaçado pelo lixão a céu aberto. Os especialistas advertem que o chorume produzido pelo lixo está poluindo as fontes de água. Eles recomendam a implantação de coleta seletiva de lixo, a construção de aterro sanitário e a redução no consumo de água.

PROVIDÊNCIAS URGENTES

Para prevenir uma nova tragédia ambiental, reduzindo os efeitos das enchentes cíclicas, Pedro Vieira, Frans e Rodrigo sugerem a construção de barragens de contenção e de curvas de nível, e o replantio de árvores nativas nas áreas de nascente e às margens dos cursos d'água. Autoridades estão se mobilizando, enquanto artistas e moradores dão início ao movimento SOS Goiás.

economia



Representantes do Banco Central, do Banco do Brasil, do Ministério da Fazenda e das operadoras de cartões participaram do debate presidido por Garibaldi Alves (C)

Benefícios para lojistas e clientes que usam cartões de crédito

Em debate realizado pela CAE a pedido de Ideli Salvatti, senadores reclamam das taxas e dos juros cobrados pelas operadoras de cartão de crédito, que usam a inadimplência para se justificarem

Autor de projetos para disciplinar o uso de cartões de crédito, Adelmir Santana (DEM-DF) defendeu, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), medidas para beneficiar lojistas e consumidores.

O lucro crescente das operadoras de cartões, disse o senador, não se reverte na redução de taxas cobradas dos comerciantes – “50% mais caras que as pagas em outros países” –. Ele admitiu que os varejistas acabam repassando os custos de contrato e o prazo

para recebimento das compras a crédito para as mercadorias.

Com dados de estudo que aponta excessiva concentração no setor de cartões de crédito e altas taxas cobradas sobre lojistas e consumidores, Ideli Salvatti (PT-SC) pediu medidas corretivas, como a unificação das máquinas de cartões.

Representante da Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), Ivo Vieitas Junior justificou que parte da taxa-ção aos lojistas se deve à expansão dos cartões de crédito entre as

classes mais baixas, o que eleva o risco das transações. Ele revelou que, em consulta, os lojistas disseram que não gostariam de praticar preços diferentes para pagamentos à vista ou com cartão.

Paulo Caffarelli, vice-presidente de cartões do Banco do Brasil, destacou que juros, que chegam a 400% ao ano, só são aplicados sobre a parcela não paga no prazo e alertou que esse financiamento só deve ser utilizado em emergências. “O lojista recebe o pagamento com risco zero”, ressaltou.



Adelmir Santana tem quatro propostas para melhorar o equilíbrio da relação entre operadoras, lojistas e usuários

Estudo revela alta concentração do mercado de cartões no Brasil

Estudo do Banco Central (BC), da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda revela alta concentração tanto entre credenciadores (bandeiras dos cartões) quanto entre emissores (bancos) no país.

– Há participação dominante das bandeiras Visa e Mastercard, tanto em número de cartões como em quantidade de transações – afirmou o representante do Banco Central, José Antonio Marciano.

Ele também apontou a falta dos equipamentos, a exigência de contrato de exclusividade do credenciador e barreiras à entrada de novas empresas no mercado como obstáculos à desconcentração do setor. Segundo Marciano, as pequenas e microempresas são as mais prejudicadas e os credenciadores “têm rentabilidade muito acima da de outras empresas com mesmo padrão de risco”.

– O lojista está engessado, pois não pode diferenciar o preço à vista e a prazo – lamentou.

Confederação do Comércio defende preços diferenciados para vendas

Pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes requereu a possibilidade de os lojistas cobrarem preços diferenciados nas vendas à vista e nas com cartões de crédito, o que precisaria de uma nova interpretação da legislação.

– Sem isso, quem paga à vista estará subsidiando o usuário de cartão. Isso não existe em nenhum lugar do mundo – disse.

Segundo Gomes, também é necessário encurtar o prazo para o repasse dos valores das vendas

aos lojistas, hoje de 30 dias. Ele cobrou ainda que as administradoras divulguem as taxas de juros do crédito rotativo.

Pelo Código de Defesa do Consumidor, as compras com cartão de crédito são consideradas como transações à vista. No entanto, analistas entendem que prazo tão amplo, em cenário de taxas de juros altas, envolve custo que acaba embutido no preço à vista. Para Gomes, a diferenciação garantirá ao consumidor que paga à vista maior poder de barganha.

Mais autonomia para atuação do “conselhinho”

Proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estabelece que os integrantes do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional serão nomeados pelo presidente da República, e não mais pelo ministro da Fazenda, e submetidos ao Senado. A ideia do projeto (PLS 368/05) é dar mais autonomia e mandatos fixos aos nomeados.

O colegiado, chamado de “conselhinho”, julga recursos contra penalidades impostas pelo Banco Central, mas, segundo Simon, não tem funcionado satisfatoriamente e geralmente ameniza ou retira punições. O relator, Augusto Botelho (PT-RR), transformou o projeto em autorizativo. A matéria vai à CAE, em decisão terminativa.

COOPERATIVAS DE TRABALHO

A Subcomissão Permanente do Emprego e da Previdência Social, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), faz dois debates esta semana.

Na quarta-feira, será debatido o PLC 131/08, que regulamenta as cooperativas de trabalho, e, na quinta-feira, serão discutidos os reflexos da crise mundial sobre o emprego no Brasil. Em outra data, a comissão também debaterá a greve dos servidores do INSS.

BOLETO

Boletos de cobrança poderão ser pagos em qualquer agência bancária, mesmo após a data de vencimento. A determinação consta de proposta (PLS 138/09) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovada pela CCJ. O projeto estabelece ainda que o cálculo da multa e dos juros devidos será feito pela agência bancária que receber o título, no caso do pagamento após a data do vencimento.

agora é lei

Merenda escolar vai chegar a 12 milhões de jovens e adultos

O direito ao transporte e à alimentação escolar para alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos agora está garantido pela Lei 11.947/09, publicada no *Diário Oficial da União* em 17 de junho.

A lei, que substituiu uma medida provisória sobre o assunto, aumentou o orçamento para alimentação escolar de R\$ 400 milhões para R\$ 2,1 bilhões.

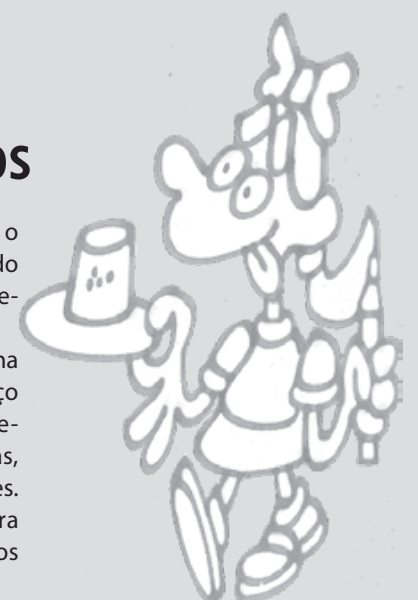
Cerca de 12 milhões de estudantes do ensino médio e da educação de jovens e adultos foram beneficiados com a medida, que estende a abrangência dos programas nacionais de Alimentação Escolar (Pnae), de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Antes, o programa da merenda escolar atendia apenas à educação infantil e ao

ensino fundamental. Os estudantes da zona rural também serão beneficiados.

A nova lei estabelece que estados e municípios devem usar 30% dos recursos repassados à alimentação escolar (R\$ 600 milhões) para a compra de produtos da agricultura familiar. A lei permite, ainda, que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação transfira recursos às

escolas quando o município ou o estado não prestarem contas do dinheiro ou não tiverem Conselho de Alimentação Escolar.

O programa Dinheiro Direto na Escola também ganhou reforço e contará com R\$ 1 bilhão, beneficiando mais 30 mil escolas, totalizando 180 mil instituições. O PDDE repassa recursos para manutenção, obras e pequenos reparos, por exemplo.



legislação

Senado tem quase 400 propostas de emenda à Constituição para analisar

Número de PECs por tema

78	Regras políticas e eleitorais
50	Funcionamento e competência do Legislativo*
42	Sistema tributário
32	Funcionamento e competência do Judiciário
29	Funcionalismo
22	Orçamento e finanças públicas
16	Assuntos sociais**
15	Segurança pública
14	Limite a medidas provisórias
14	Previdência
10	Transparência, fiscalização e combate à corrupção
9	Educação
8	Meio ambiente
6	Maioridade penal
5	Legislação trabalhista e sindical
5	Ordem econômica
4	Criação de estados e municípios
3	Combate ao nepotismo
3	Reforma agrária e questão fundiária
3	Funcionamento e competência do Ministério Público
3	Faixa de fronteira e terrenos de marinha
3	Participação popular
2	Convocação de Assembleia Constituinte
2	Federação
2	Conselho da República
2	Terras indígenas
2	Precatórios
1	Sistema financeiro nacional
11	Outros

* inclui o Tribunal de Contas da União.
** inclui redução da pobreza, seguridade social, pessoas com deficiências, idosos, minorias, entre outros temas.

396

PECs em tramitação

Fase de tramitação das PECs

109	• Não identificada
8	Aguardando designação do relator
211	Matéria com a relatoria
35	Pronta para a pauta na comissão
12	Incluída na pauta da reunião da comissão
1	Pedido de vista concedido
12	Aguardando inclusão em ordem do dia
8	Incluída em ordem do dia

Fonte: Banco de dados Mate mantido pela Secretaria-Geral da Mesa.

Para especialistas, número crescente de mudanças constitucionais é atribuído à necessidade de atualização da Carta. Tendência é a enorme fila continuar a crescer

A aprovação em junho da proposta de emenda à Constituição que limita os gastos com os legislativos municipais (PEC 47/08) encerrou o período de seis meses sem que o Senado alterasse o texto constitucional. A última mudança havia ocorrido em dezembro do ano passado, justamente a primeira parte da PEC dos Vereadores.

A falta de votações – que pode ser explicada tanto pelo momento que a instituição atravessa como pelo trancamento constante da pauta por medidas provisórias –, acompanhada pela crescente apresentação de PECs pelos senadores, faz com que o número dessas propostas aguardando votação venha crescendo ano a ano, chegando a quase 400, um recorde desde a Constituição de 1988 (veja infográfico).

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, considera que a quantidade, no contexto atual, tende a crescer. Para ela, isso mostra que os senadores es-

tão atentos às demandas da sociedade – afinal, passados quase 21 anos da aprovação da Carta, a realidade pede por atualizações. Ela lembra também que as PECs não são mais arquivadas ao fim da legislatura, como ocorria até 2002.

– A ordem natural das coisas é que sempre haja mais matérias a deliberar que propostas aprovadas – observa.

Essa realidade é ainda mais característica com as PECs, na avaliação de Claudia Lyra. Isso porque a sua aprovação é mais complexa (precisa de três quintos dos votos dos parlamentares em dois turnos de votação), dependendo ainda de uma coincidência de diversos fatores políticos (acordos entre lideranças e apoio do Executivo, por exemplo). Prova disso é que as últimas aprovações de PECs pelo Senado foram feitas por acordos de lideranças

que permitiram a dispensa dos prazos previstos na Constituição e a votação em dois turnos em um mesmo dia.

O consultor legislativo Marcos Santi, que foi secretário-geral adjunto da Mesa, concorda com Claudia Lyra. Para ele, a diminuição do número de PECs na fila seria possível caso houvesse interesse do Executivo – grande responsável pela definição da agenda do Legislativo –, como já houve no passado.

Santi avalia que crises políticas e institucionais atrasam as votações legislativas, especialmente as propostas de emendas à Constituição, até pelas obstruções realizadas.

Por fim, tanto Claudia Lyra quanto Santi apontaram ainda a dificuldade de se manter as pautas das Casas do Congresso desbloqueadas por conta das medidas provisórias.

Redução na fila de PECs depende de boa vontade do Executivo

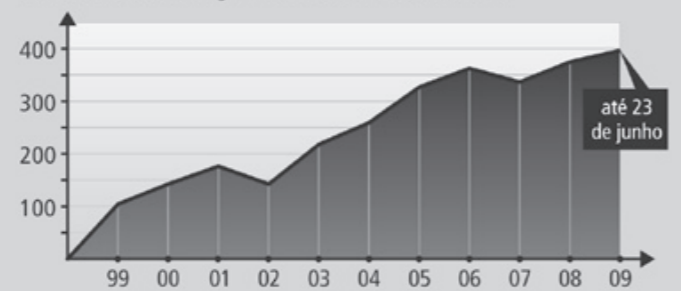
Senadores com mais de 10 PECs

Paulo Paim	31
Pedro Simon	18
Alvaro Dias	17
Cristovam Buarque	15
Mozarildo Cavalcanti	14
Almeida Lima	10
Sérgio Zambiasi	10

Relação de PECs apresentadas e promulgadas

Ano	Promulgadas	Apresentadas
1989	0	6
1990	0	5
1991	0	27
1992	2	12
1993	2	8
1994	6	8
1995	5	80
1996	6	64
1997	2	49
1998	3	55
1999	4	101
2000	7	56
2001	4	62
2002	4	37
2003	3	109
2004	3	66
2005	3	78
2006	5	60
2007	3	104
2008	1	49
2009	0	30

PECs em tramitação ao final de cada ano



Fonte: Relatórios Anuais da Presidência do Senado Federal de 1999 a 2008 e Banco de dados Mate da Secretaria-Geral da Mesa.

Reforma política e eleitoral é o tema mais abordado pelas propostas



Valter Pereira, que assumiu a vaga de Ramez Tebet, propõe alteração nas regras para eleição e posse de suplentes

Levantamento realizado pelo Jornal do Senado demonstra que o assunto mais recorrente entre as 396 PECs em tramitação dizem respeito à reforma política e eleitoral, tema considerado prioritário pelos sucessivos presidentes do Congresso, mas que não consegue consenso mínimo no Legislativo. Quase 20% das propostas sugerem mudar a forma de votação, suplência de senadores, reeleição, inelegibilidade, calendário das eleições, entre outros pontos.

O segundo assunto que é alvo de grande número de PECs é o funcionamento e a competência do Legislativo: 50 das propostas foram apresentadas para mudar

regras, por exemplo, relativas ao período de atividade legislativa; aumentar o poder de convocar autoridades; alterar o processo legislativo (inclusive com o fim do voto secreto); ampliar o leque de autoridades sujeitas à aprovação do Senado; aumentar os poderes do Tribunal de Contas da União (TCU) e regulamentar os inquéritos parlamentares.

Pelo levantamento, mais de um terço das PECs (138 em 396)

buscam regular temas próximos à realidade dos senadores: a atividade partidária e eleitoral e o exercício do mandato no Parlamento. Senadores como Valter Pereira (PMDB-MS), Lobão Filho (PMDB-MA) e o ex-senador Sibá Machado (PT-AC), por exemplo, são autores de PECs que alteram as normas constitucionais para eleição e posse de suplentes de senadores.

As regras tributárias, tema de uma reforma em discussão na Câmara, são alvo de 42 PECs em tramitação no Senado, terceiro lugar entre os assuntos mais

abordados. Incidência de impostos, concessão de incentivos e imunidade tributários são alguns dos exemplos de tópicos que estão na mira das PECs.

Com menos de 10% das PECs apresentadas, aparecem temas como funcionamento e competência do Judiciário (32), funcionalismo público (29), Orçamento e finanças públicas (22).

Com menos de 5% das propostas tramitando no Senado estão assuntos recorrentes na realidade brasileira como assuntos sociais, segurança pública, previdência social, transparência, fiscalização e combate à corrupção, educação e meio ambiente.

Mais de um terço das PECs trata de eleições e mandatos



Eleitores justificam ausência no pleito: várias propostas instituem o voto facultativo, inclusive uma de iniciativa popular

Maioria das PECs ainda está com relatores

Pesquisa nos bancos de dados do Senado realizada até 23 de junho revela que a maioria das PECs em tramitação (211, ou 53,3%) está nas mãos de seus relatores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Existem ainda 47 propostas prontas para votação na comissão e outras 20 que aguardam a deliberação em Plenário.

Pelo Regimento Interno do Senado, a CCJ dispõe de 20 dias para decidir sobre as propostas, sendo que metade desse prazo é dado ao relator para apresentar seu parecer. Porém, muitas delas, de acordo com a busca eletrônica de propostas

do Senado, estão com a relatoria há mais de quatro anos.

Mesmo depois que conseguem ter seus pareceres aprovados pela CCJ, as PECs ainda têm, de acordo com as informações contidas na ordem do dia (a pauta do Plenário), um longo caminho a percorrer. Algumas das PECs prontas para serem votadas pelo Plenário receberam o parecer em 2004 e ainda não foram submetidas a voto.

Esse é o caso, por exemplo, da PEC 51/03, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

O parecer da CCJ, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado em 2004, mas somente depois de requerimento do autor a PEC foi incluída na pauta, em que figura como 30º item a ser votado, ainda em primeiro turno.

Apesar de estar esperando para ser votada pelo Plenário há menos tempo, a PEC 100/07 também só foi incluída na ordem do dia depois que o seu autor, senador Alvaro Dias (PSDB-PR) fez um pedido formal. A PEC autoriza a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos e tem parecer favorável do senador César Borges (PR-BA) aprovado pela CCJ em 2008. A PEC é o 32º item a ser votado pelo Plenário caso as medidas provisórias que trancam a pauta permitam.

Cai o ritmo de modificações aprovadas pelo Congresso

O número de PECs apresentadas por senadores vem aumentando nos últimos anos em movimento inverso ao de emendas constitucionais efetivamente aprovadas.

Nos dez primeiros anos que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988, foram apresentadas em média no Senado 31,4 PECs por ano, enquanto, nos últimos dez anos, essa média subiu para 72,2.

Enquanto isso, desde o primeiro ano após a revisão constitucional de 1994, o que coincide com o primeiro ano do mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, até 2002 (último ano do governo daquele presidente),

4,4 emendas constitucionais foram promulgadas a cada ano. Nos seis primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a média de emendas constitucionais promulgadas caiu para três por ano.

A diminuição coincide também com a mudança nas regras para discussão de medidas provisórias (MPs) pelo Congresso, que levou ao trancamento da pauta de pelo menos 60% das sessões. Assim, ficou mais difícil aprovar outras propostas, principalmente as PECs, que têm que ser discutidas em diversas sessões antes de serem votadas em primeiro e segundo turnos.

Governo dificulta esforço pela aprovação, diz Paim

Senador com maior número de PECs em tramitação, Paulo Paim (PT-RS) aponta a falta de convergência de interesses do Executivo, do Legislativo e de grupos de pressão da sociedade como principal fato a impedir a aprovação de mudanças na Constituição recentemente.

Por outro lado, ele considera que o crescimento na apresentação de novas PECs é decorrência de um processo legítimo, no qual são observados pontos em que o texto constitucional precisa ser atualizado, especialmente o atual, bastante detalhista.

Muito mais fácil que votar uma PEC, afirma Paim, é impedir a sua votação. Como o presidente não pode vetar emendas constitucionais (elas são promulgadas diretamente pelo Congresso), diz o senador, o governo dificulta a articulação dos parlamentares em torno de uma maioria para a mudança constitucional.

– Há também lobbies de grupos que consideram que vão ser prejudicados e fazem pressão para que determinadas PECs não sejam votadas – afirma Paim, citando como exemplo a sua PEC que reduz a jornada de trabalho sem redução salarial.

Mozarildo critica demora na emissão dos pareceres

Ao tomar conhecimento do número de PECs em tramitação e das raras votações dessas propostas nos últimos meses, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou que vai pedir que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nomeie um grupo de trabalho para fazer levantamento das matérias que estão com relatores, realizar a votação do parecer da comissão (que depende apenas de maioria simples) e enviá-las ao Plenário.

– É inaceitável. Precisamos separar o que é relevante do que não é e votar, independentemente se será aprovada ou não. É muito frustrante ficar dez anos sem ver uma PEC ser votada – afirmou. O senador tem 15 PECs tramitando, sendo que a mais antiga delas (38/99), após dez anos em tramitação, ainda espera o segundo parecer na CCJ e nunca foi submetida a voto em Plenário.

– A PEC visa apenas incluir entre as competências privativas do Senado supervisionar as demarcações de terras indígenas, que retira terras de um estado para a União. Como casa da Federação, nada mais justo que nós observássemos esse processo – defende Mozarildo.



Para Paim (E), é mais fácil o Executivo impedir uma votação do que o senador reunir os votos. PEC de Mozarildo tramita há dez anos e ainda não saiu da CCJ

agenda

Motoqueiros podem ter profissão reconhecida

Projeto está pronto para ser votado pelo Plenário. Ponto mais polêmico é regulamentação da atividade dos mototáxis, já comuns em muitas cidades

Após oito anos de tramitação, nesta semana o Plenário do Senado poderá votar a regulamentação federal das profissões de mototaxista e motoboy. As duas categorias cresceram como alternativa ao desemprego e à falta de transporte coletivo, principalmente no interior do país e na periferia de grande parte das capitais. Somam cerca de 2,8 milhões de motociclistas, pelas contas dos dois senadores que relataram a matéria: Expedito Júnior (PR-RO), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A questão mais polêmica do projeto de lei (PLS 203/01) apresentado pelo ex-senador Mauro Miranda é a regulamentação do transporte de passageiro. Pesam contra a atividade de mototáxi a falta de segurança no trânsito, a inexistência de motovias, a vulnerabilidade do veículo de duas rodas – o que aumenta o risco de ser desestabilizado pelo passageiro – e o elevado número de internações e óbitos provocados pelos acidentes com motociclistas.

Enquanto 7% dos acidentes em automóveis são fatais, esse percentual sobe para quase 70%

quando envolvem motocicletas, revelam dados do Ministério da Saúde organizados pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet). Segundo a associação, 95% das quedas de moto acarretam traumatismo craniano e 30% dos acidentados têm comprometimento da pélvis e dos membros inferiores.

A aprovação de lei federal, na visão de Flávio Adura, presidente da Abramet, vai abrir as comportas para instituir o serviço de mototáxi em capitais com sérios problemas de trânsito, como São Paulo, que ainda resistem a autorizar esse tipo de atividade. A Frente Nacional de Prefeitos, que representa as capitais, é contra o projeto.

Vias exclusivas para a circulação de motocicletas (motovias), uso de triciclos e *sidecar*, uma espécie de carreta ou reboque ajustada na lateral da moto, segundo Adura, seriam as alternativas mais seguras para reduzir os acidentes com motos e que já são adotadas



Os relatores, Expedito Júnior e Rosalba Ciarlini, voltaram a incluir no texto os mototaxistas, excluídos pela Câmara

em outros países.

O serviço de mototáxi foi retirado da proposta na Câmara. Mas Expedito Júnior restabeleceu na CCJ o projeto original com algumas mudanças aprovadas pelos deputados. Esse texto consolidado foi mantido na CAS por Rosalba Ciarlini. Exigiu-se, por exemplo, que o mototaxista ou motoboy tenham 21 anos completos, pelo menos dois anos de habilitação na categoria, sejam aprovados em curso especializado e vistam coletes com dispositivos retrorrefletivos (adesivos que aumentam a visibilidade ao refletir a luz). Porém, o projeto só obrigou o uso de equipamentos de segurança, como o protetor de motor maticachorro e o aparador de linha (antena corta-pipas) para os motoboys (veja quadro abaixo).



Manifestação de mototaxistas em Manaus. Categoria luta por lei nacional para disciplinar a atividade, já que estados e municípios foram impedidos pelo Supremo de legislar sobre o assunto

ARQUIVO NACIONAL DOS MOTOCICLISTAS

Alternativa à falta de transporte coletivo

Moradora em Arapoanga, na periferia de Planaltina, cidade-satélite de Brasília, Adriana Lima, de 27 anos, costuma usar mototáxi quando os ônibus estão lotados ou à noite, quando não há mais coletivos trafegando. Recorre a um mototaxista de sua confiança, que inclusive leva seu filho mais velho, Lucas, de 11 anos, para as aulas de catequese na igreja do centro de Planaltina. Na época em que trabalhava na residência do dono de um supermercado local, ela recorda que era a única maneira de voltar à noite para casa. "Se não houvesse mototáxi, não sei o que faria". Os ônibus que circulam na cidade são insuficientes para atender a população. Ela conta que recebe orientações do mototaxista para acompanhar o movimento do condutor e

não desestabilizar a moto. E o capacete que ele coloca à disposição do passageiro está sempre desinfetado com álcool. Ela sabe, porém, que esse cuidado não é comum. Adriana confessa que tem medo de usar mototáxi. Lembra que quase sofreu um acidente depois de freada brusca e sem sinal do carro que trafegava na frente do mototáxi. "Fui salva graças à habilidade do mototaxista", afirma.



ARQUIVO NACIONAL DOS MOTOCICLISTAS

Diante do desemprego, virar mototaxista

A história do baiano Antonio Souza, que hoje preside a Associação Metropolitana dos Mototaxistas da Bahia, ilustra bem o que ocorre com a maioria desses motociclistas profissionais. Ele era vigilante em Salvador. Mas, quando ficou desempregado, tornou-se mototaxista em Paripe, um subúrbio ferroviário da capital baiana, para obter o sustento da família. Sem respaldo legal, porque a câmara municipal não regulamentou o serviço, a vida dos cerca de 2 mil mototaxistas da periferia de Salvador não tem sido fácil. Souza relata que a fiscalização da prefeitura começou a apreender as motos. Mas, segundo ele, o serviço é importante para os moradores da periferia, sem ônibus a partir das 21h.

Regras do ofício

Conheça os principais pontos do projeto de regulamentação

Para ser mototaxista e motoboy, é necessário:

- Ter 21 anos completos.
- Ser habilitado na categoria A por pelo menos dois anos.
- Ter passado por curso especializado.
- Vestir colete de segurança com adesivo capaz de refletir a luz (nos termos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito).

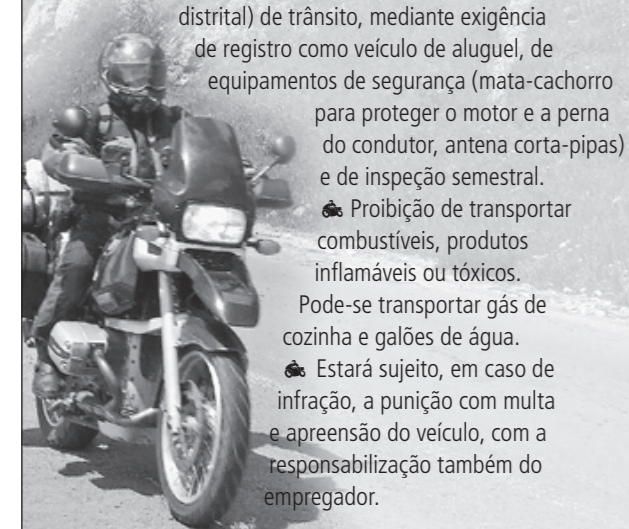
Para realizar serviço comunitário de rua, é preciso:

- Apresentar, além de documentos pessoais, atestado de residência, certidões negativas de varas criminais e identificação da motocicleta.
- Acompanhar a chegada e saída dos moradores e comunicar à polícia qualquer suspeita sobre veículos ou pessoas.

O serviço de motofrete

- Será autorizado pelos órgãos estaduais (e distrital) de trânsito, mediante exigência de registro como veículo de aluguel, de equipamentos de segurança (mata-cachorro para proteger o motor e a perna do condutor, antena corta-pipas) e de inspeção semestral.
- Proibição de transportar combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos.
- Pode-se transportar gás de cozinha e galões de água.
- Estará sujeito, em caso de infração, a punição com multa e apreensão do veículo, com a responsabilização também do empregador.

FOTO: STOCK/CHING



Taxa de mortalidade de motociclistas cresceu 540% em quase dez anos

A frota de motocicletas no país mais do que quadruplicou entre 1998 e 2009. De 2,775 milhões de unidades subiu para 11,242 milhões, conforme dados, de fevereiro deste ano, do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). O crescimento é muito superior ao do total da frota circulante, que foi de 2,14 vezes em pouco mais de dez anos, registrando 55,147 milhões de unidades. Esse aumento vertiginoso no número de motocicletas no país, atribuído ao preço e ao fato de as motos terem se tornado uma solução ao trânsito moroso nas grandes cidades, trouxe ao debate uma das questões mais sérias envolvendo a regulamentação dos serviços dos motoboys e dos mototaxistas: a segurança no trânsito.

Com praticamente o dobro da taxa média de mortalidade no trânsito dos países desenvolvidos, o Brasil registrou 35.155 óbitos em 2006. Os motociclistas mortos foram 19,8% desse total, segundo dados de 2007 do Ministério da Saúde.

O levantamento mais completo, intitulado "Acidentes de trânsito no Brasil: um atlas de sua distribuição", da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), revela que a taxa de mortalidade de motociclistas foi a que mais cresceu entre 1996 e 2005. O aumento foi de 540%. A taxa subiu no período de 0,5 para 3,2 por cem mil habitantes. Morrem mais homens do que mulheres, principalmente entre 20 e 49 anos. E os estados com maior taxa são Tocantins, Mato Grosso e Santa Catarina (veja quadro).

Embora não haja pesquisa específica sobre o número de acidentes com motociclistas profissionais, a consultora técnica da área de vigilância e prevenção de violências e acidentes do Ministério da Saúde, Marta Maria da Silva, informou, em debate realizado pela CCJ, que grande parte das vítimas não são os motoboys e os mototaxistas, mas motociclistas que estão voltando ou indo para o trabalho.

No entanto, há muitas dúvidas e faltam estatísticas sobre esses profissionais. Ninguém discute que a vulnerabilidade da motocicleta é bem maior que a dos automóveis. "A motocicleta mata 16 vezes mais por quilômetro corrido do que o automóvel", compara Flávio Adura, presidente da Abramet.

Na CCJ, Adura sustentou que uma forma de avaliação seria o tempo de exposição ao risco. O motociclista que não exerce atividade remunerada dirige, em média, 250 horas por ano. Essa quantidade sobe para 3 mil horas por ano no caso dos motociclistas profissionais. Um trabalho da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo concluiu que 45,9% das vítimas de acidente com moto realizavam atividades relacionadas ao trabalho remunerado, enquanto 29,5%, atividades de lazer.

Morte em duas rodas

Taxa de mortalidade de motociclistas em acidentes (por 100 mil habitantes), por estado, em 2004



Fonte: "Acidentes de trânsito no Brasil: um atlas de sua distribuição", da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet)

FOTO: STOCK/CHING

Pequenos municípios não têm sistema de ônibus

Com mais de 1 milhão de profissionais espalhados pela maioria dos municípios brasileiros, a atividade de mototáxi tem registros precários. Começou há cerca de 20 anos na cidade cearense de Crateús, conforme o coordenador do Movimento Nacional dos Motociclistas Profissionais (MNMP), Eliomar José. Em pouco tempo transformou-se em opção para combater o desemprego

e a falta de transporte coletivo nas cidades do interior. Dos 52 municípios de Rondônia, somente dois, segundo José, possuem transporte coletivo: Porto Velho, a capital Rio Branco e Cruzeiro do Sul – dos 22 municípios têm ônibus para transportar a população.

Na avaliação do coordenador do movimento, é por

enfrentar a concorrência poderosa das companhias de ônibus que a regulamentação da atividade demora no Congresso. Para exemplificar, ele conta que, dos 143 municípios do Pará, apenas cinco dispõem de serviço de transporte público por ônibus. "A briga para não ter mototáxi ocorre somente nesses cinco municípios. Nos outros, não há qualquer resistência", sustenta José.

Mobilização começou após decisão do Supremo

A organização nacional dos mototaxistas é recente. Começou há pouco mais de dois anos, após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter julgado que os estados e os municípios não tinham competência para regulamentar a atividade, lembra o coordenador do MNMP, Eliomar José.

De encontros eventuais em Brasília, alguns presidentes de sindicatos de mototáxi acordaram para a necessidade

de ampliar a mobilização nos municípios e instituir representação nacional para lutar pela regulamentação da atividade no Congresso.

Por morar próximo a Brasília, em Patos de Minas, um dos primeiros municípios mineiros a ter serviço de mototáxi, José, que trocou a carreira de técnico agrícola para formar o primeiro grupo de mototaxistas de sua cidade, em 1995, tomou a frente do movimento.

A maior dificuldade é a diferença do poder de fogo dos mototaxistas comparado ao dos empresários de ônibus. O MNMP, segundo José, não tem recursos nem para custear a viagem dos seus integrantes. O vice da entidade, por exemplo, o acreano Pedro Mourão, viaja cinco dias de Rio Branco a Brasília, de ônibus, para ajudar o amigo na aprovação do projeto de lei, que agora está na reta final de sua tramitação.

comissões

CPI da Pedofilia convoca DJ Marlboro

Réu em processo que corre em segredo de justiça no Rio de Janeiro é acusado de abusar de criança de 4 anos de idade, com ajuda da madrinha

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia aprovou a convocação de Fernando Luís Mattos da Mata, conhecido como DJ Marlboro, e Junia Fonseca Duarte, réus em inquérito no Rio de Janeiro por abusar de G.M.C., de 4 anos. O processo corre em segredo de justiça.

Quem fez a denúncia à CPI foi a mãe da menor, Lílian Duarte, que, assim, pretende agilizar o processo, parado na Justiça fluminense. A mãe, a criança e o pai, Sérgio Teixeira Duarte, também serão ouvidos na CPI.

– Vamos ouvir o DJ Marlboro, juntamente com a ré, que é madrinha da menina, e que, segundo as denúncias, a levava para sofrer os abusos – explicou o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES).

A comissão estará em Manaus e Coari (AM) nesta segunda e terça-feira para acompanhar os desdobramentos da Operação Vorax, da Polícia Federal, que desbaratou, em 2008, uma rede de pedofilia envolvendo autoridades. Os senadores pretendem

ouvir integrantes do Conselho Tutelar, do Ministério Público, da Secretaria de Segurança e do Tribunal de Justiça.

A CPI também decidiu acompanhar as investigações sobre uma rede de pedofilia em Catanduva (SP). Foram convocados o

médico Wagner Brida Gonçalves e o empresário José Emanuel Volpon Diogo, e convidados o presidente da Câmara Municipal de Catanduva, vereador Marcos Crippa, e o promotor de Justiça Antônio Bandeira Neto.

Segundo Magno Malta, os convocados vêm contrangendo Geraldo Correa, integrante de uma organização não governamental responsável por denúncias que levaram à rede de pedofilia. Correa também comparecerá à comissão para depor como convidado.

Magno Malta anunciou que a CPI vai acompanhar o julgamento do acusado de abusar e assassinar uma criança de 10 anos de Maringá (PR). Ele também denuncia a incitação à pedofilia por uma empresa que produz docinhos em formato de bebê. Na visão do senador, “há algo mais por trás disso” e a CPI deve investigar.



Magno Malta preside a CPI da Pedofilia, que acompanha casos em Catanduva e Maringá



O presidente da CE, senador Flávio Arns (D), conversa com o presidente da agência Ford Models, Décio Ribeiro (sentado), observado por Augusto Botelho e Paulo Paim

CE volta a debater idade mínima para trabalho como ator e modelo

A Comissão de Educação (CE) debateu o projeto (PLS 83/06) que fixa idade mínima para o trabalho como ator e modelo.

A Constituição veda o trabalho ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, inclusive no caso de trabalho infantil artístico. Mas uma norma da Organização Internacional do Trabalho (OIT) abre brecha para que menores atuem nesse ramo. Daí a preocupação dos senadores de incluírem em legislação própria o trabalho artístico.

Conforme a proposta (PLS 83/06), do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), para poder atuar em cinema, teatro, televisão e anúncios publicitários, a pessoa maior de 14 e menor de 18 anos necessita de expressa autorização de seu responsável. Menores de 14 anos

devem ter autorização judicial.

O relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), apresentou texto alternativo, incluindo, por exemplo, uma cláusula que condiciona a validade da autorização para o trabalho artístico à continuidade dos estudos por parte do jovem. Ele substituiu também a referência às profissões pela espécie de trabalho (artístico, no caso) e faz menção ao trabalho desportivo. O relator inclui ainda as alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente.

No debate, a CE ouviu representantes de uma agência de modelos, de uma empresa de radiodifusão, do Ministério do Trabalho e do Ministério Público, uma psicóloga e o ator Vinícius de Oliveira, protagonista do filme *Central do Brasil*.

Proposta mantém torcedor violento longe dos estádios

As torcidas organizadas que promoverem tumultos e que praticarem ou incitarem a violência poderão ser proibidas de comparecer a eventos esportivos por até três anos. Essa é uma das medidas do projeto de lei da Câmara (PLC 82/09) aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta agora segue para a CCJ.

Cada torcida, de acordo com a matéria, deverá manter cadastro atualizado de seus associados. O projeto proíbe ainda cantos discriminatórios, racistas ou xenofobos e fogos de artifício.

– Estamos nos preparando para a Copa de 2014 e precisamos trabalhar para ser uma referência de paz nos estádios – alertou o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), relator da proposição, que atualiza o Estatuto do Torcedor, de 2003.

A comissão de Educação aprovou também projeto (PLS 2/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que institui o Fundo Copa Amador, para o apoio ao futebol não profissional no país, composto por 20% dos recursos destinados pelo governo para a Copa de 2014.

Trabalho escravo afasta empresas de incentivos oficiais

Empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo não poderão receber incentivos fiscais, financiamentos e contratos públicos. O projeto, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi modificado pela relatora Marina Silva (PT-AC) e segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH). Conforme o texto, empresas que queiram se candidatar a concorrências ou a financiamentos públicos deverão apresentar certificado de regularidade do Ministério do Trabalho e Emprego para comprovar que não há trabalho escravo em suas atividades ou nas dos seus fornecedores.

Marina Silva adaptou o texto ao conceito de trabalho escravo já definido no Código Penal e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O conceito também já é usado pelo Ministério do Trabalho na organização da lista de pessoas e empresas condenadas administrativamente pela exploração desse tipo de mão de obra ilegal.

Conselhos tutelares podem ter número telefônico único

Os conselhos tutelares poderão contar com número telefônico exclusivo, de três dígitos e de abrangência nacional. O projeto (PLC 52/09), aprovado pela CCJ, quer facilitar o conhecimento dos órgãos e sua interação com a sociedade. Os conselhos foram criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para zelar pelo cumprimento da legislação, vinculados ao Poder Executivo municipal, responsáveis pelo seu financiamento.

O relator foi o senador Wellington Salgado (PMDB-MG). O projeto vai a Plenário.

Educação para incluir pessoas com deficiência

Representantes de vários setores organizados apontaram o acesso à educação como essencial para incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Eles discutiram na CCJ o projeto (PLS 112/06) do senador José Sarney (PMDB-AP) que assegura a cota mínima de 3% dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência. O projeto foi apresentado antes de o Brasil ratificar, no ano passado, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e, por isso, precisa ser adequado ao acordo internacional.

CE pede que chefe da delegação da CBF na África do Sul se retrate

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai pedir providências à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) contra o chefe da delegação brasileira na Copa das Confederações, coronel Antonio Carlos Nunes de Lima, que expressou em Johannesburgo ser contrário à realização da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul. Por sugestão do senador Gerson Camata (PMDB-ES), o presidente da CE, Flávio Arns (PT-PR), vai requerer um pedido formal de desculpas ou o seu afastamento da delegação.

O coronel Nunes teria dito que a África do Sul é um país muito violento e que Johannesburgo parece estar “em guerra permanente” e sob toque de recolher após as 18h. Para Camata, o Brasil não pode reclamar de segurança na África do Sul, enquanto no Rio de Janeiro, candidata a sede das Olimpíadas de 2016, pessoas são vitimadas por balas perdidas.

– As declarações são injustas porque o Brasil apoiou a África do Sul como sede da Copa – disse Camata.

projetos aprovados

De 22 a 26 de junho

- ➔ **PDL 276/08**, texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Brasil e o Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005. Aprovado pelo Plenário.
- ➔ **PDL 277/08**, texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.
- ➔ **PDL 74/09**, texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, de 12 de agosto

de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra em 8 de dezembro de 2005.

➔ **PLS 244/09**, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) – Reconhece as atividades dos papiloscopistas e equivalentes que prestem serviço em órgãos públicos como atividades típicas da perícia oficial. Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), vai à Câmara.

debates

Após sanção de MP, Amazônia Legal volta a debate em Plenário

Medida provisória sobre regularização fundiária na região foi sancionada por Lula na última quinta-feira, com vetos à transferência de terra para pessoa jurídica, tornando-se a Lei 11.952/09, e voltou a ser tema de discursos de senadores

Mozarildo considera lei "excelente", mas critica veto a artigo

Ressalvando que discorda frequentemente das ações do presidente Lula, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou, no entanto, a decisão governamental de sancionar a lei da regularização fundiária da Amazônia. "Avançamos extraordinariamente com essa iniciativa", disse. O senador considerou, contudo, equivocada o veto do presidente ao artigo que permitia a transferência de terras da União para pessoas jurídicas.

– Hoje eu venho elogiá-lo, porque ele teve uma postura que no meu entender mostra que, assim como ele se descolou do núcleo radical do PT, agora está se descolando dessas ONGs que querem dar a receita sobre o que se fazer na Amazônia.

Mozarildo disse que o veto resultou de pressões dessas organizações, assim como de parlamentares petistas e governos internacionais. No seu entender, o veto é inexplicável.

Com o veto, disse Mozarildo, ficam excluídos produtores que tenham 1.500 hectares de terra na Amazônia e que tenham transformado sua propriedade em pessoa jurídica para facilitar a contabilidade.



Veto é um contrassenso e um "preconceito rançoso" contra empresários, diz Mozarildo

Marina quer fiscalizar a regularização fundiária da região

Marina Silva (PT-AC) criticou a sanção da lei que estabeleceu regras para a regularização fundiária da Amazônia. A senadora afirmou que a medida ignorou os dados do zoneamento econômico-ecológico realizado pelos estados. Além disso, observou, o texto dispensou o mecanismo de vistoria das áreas.

– Fiquei estarecida: pela lei não existiu grilagem na Amazônia nos últimos 20 anos. As pessoas foram para lá por incentivo das políticas públicas e estão cumprindo a função social da terra. Isso é absurdo e, pior, equivale a dar uma senha para que as pessoas que hoje ocupam irregularmente essas terras mais tarde tenham suas propriedades regularizadas – protestou.

Marina reconheceu ser a legalização fundiária um passo fundamental para dar transparência à posse da terra, mas argumentou não ser possível "colocar no mesmo patamar posseiro e grileiro". Ela informou que proporá a criação de uma comissão de senadores, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH), para percorrer as áreas mais conflituosas da posse de terras na Amazônia e elaborar um relatório das irregularidades encontradas.

Para a senadora, há áreas demarcadas por posseiros legítimos há décadas, mas boa parte dessas pessoas pode ser convencida por grandes proprietários a vender suas terras e, pouco a pouco, haverá uma reconcentração de terras. Ela disse, ainda, não ser possível ignorar a existência de muitos grileiros, que terão suas terras legalizadas.

Agricultores de MT têm nova consciência ambiental, diz Serys

O "crescimento do compromisso ambiental dos agricultores, pecuaristas e da sociedade em geral em Mato Grosso" foi elogiado por Serys Silhessarenko (PT-MT). A senadora citou anúncio feito pelo maior grupo frigorífico do estado, Marfrig, de que não mais comprará nem comercializará carne bovina oriunda de fazendas de áreas da Amazônia ilegalmente desmatadas ou que utilizam trabalho escravo. Segundo Serys, a medida é um marco histórico, já que Mato Grosso responde por mais de 13% das exportações brasileiras de carne – produção que registra constante crescimento. Na avaliação da senadora, tem-se ampliado a consciência ambiental de produtores que implantaram criações de gado na região há muitos anos.

Para Serys, as transformações verificadas no estado também resultam do compromisso de governantes, produtores e da sociedade mato-grossense com o desenvolvimento sustentável.

A senadora disse já ser perceptível a redução de queimadas em fazendas da região e a menor circulação de caminhões repletos de toras de madeiras.



Serys: decisão de frigorífico de boicotar carne produzida em área ilegal é um avanço

Cristovam defende novo conceito de paz

Cristovam Buarque (PDT-DF) recomendou ao presidente Lula que defenda um novo conceito de paz que incorpore a grande massa de pobres do mundo, mais de 1 bilhão. Lula deverá discursar em Paris, na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 7 de julho, quando receberá o Prêmio pela Paz Félix Houphouët-Boigny 2008, criado em 1989 para homenagear pessoas e organizações que tenham contribuído para a promoção, a pesquisa, a preservação e a manutenção da paz em conformidade com a Carta da ONU. Nelson Mandela e Yasser Arafat estão entre os premiados.

O caminho, segundo o senador, está na educação. Cristovam sugere que Lula vá além do Bolsa Família, defendendo na Unesco a adoção de um plano global para a educação, lembrando o que foi feito em 1945, com o Plano Marshal, para recuperar as economias no pós-guerra. Um programa como esse não custaria mais que 2% da renda mundial, que estaria em R\$ 40 trilhões, conforme Cristovam.

Quando o prêmio foi criado, temia-se o risco de hecatombe nuclear. Hoje, o que se deve ter em mente, segundo Cristovam, é o desenvolvimento sustentável, como incorporar os excluídos e levar a todos os avanços da ciência.

Mesquita Júnior quer consulta popular sobre fuso horário

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) informou estar colhendo assinaturas para apresentar projeto de decreto legislativo (PDL) autorizando consulta popular junto com a eleição de 2010 sobre a unificação do fuso horário em todo o território nacional, tendo por base a hora de Brasília (DF). Segundo comentou, essa perspectiva de mudança tem gerado insatisfação entre a população do Acre, cujo fuso tem uma hora a menos em relação a Brasília.

A unificação do horário foi sugerida em projeto de lei (PLS 486/08) que já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e terá decisão terminativa na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

– Ouvir a população seria uma demonstração de extremo respeito, pois qualquer alteração de horário acarreta mudanças drásticas na vida de uma pessoa – argumentou.

Fátima Cleide pede medidas contra violência em Rondônia

Fátima Cleide (PT-RO) cobrou das autoridades do seu estado medidas para o enfrentamento da violência que, como disse, "corre solta" em todos os municípios. Na capital, Porto Velho, afirmou a senadora, três ônibus foram recentemente incendiados e, em um desses crimes, o motorista ficou com 40% do corpo queimado.

Como exemplo da falta de controle, Fátima Cleide citou ainda atentado contra a sede do Ministério Público estadual, alvejada com 11 tiros, além do assassinato do secretário-adjunto de Segurança Pública, César Pizzano.

A senadora declarou que os investimentos federais "parecem não surtir efeito" para minimizar a violência em Rondônia. Segundo ela, o Mapa da Violência de 2008 mostra que 19 municípios do estado estão entre os 10% mais violentos do Brasil. A média de homicídios em Porto Velho foi de 68,4 por cem mil habitantes.

Aumentos a servidores devem ser suspensos, defende Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Lula que suspenda aumentos previstos para os servidores públicos, entre outras medidas necessárias para conter a escalada das despesas correntes do governo. Ao defender a proposta, ele citou análise do economista Raul Veloso publicada na imprensa sobre a evolução das contas federais.

Como informado por Mão Santa, o economista emitiu um alerta ao afirmar que o "sinal amarelo foi aceso na política fiscal". Nesse momento de crise, as despesas de pessoal teriam subido 15,8%, enquanto os gastos da Previdência Social evoluíram 11,3%. O economista sustenta que esses são "gastos ruins" mesmo criando demanda por bens e serviços. A avaliação é de que, apesar desse ganho, tal tipo de despesa não transmite confiança aos investidores.

Heráclito se frustra com aeroporto de São Raimundo Nonato

A esperada inauguração de um aeroporto internacional em São Raimundo Nonato, no Piauí, foi motivo de frustração para o senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Em vez de um terminal de passageiros estruturado, com representação da polícia de imigração e da vigilância sanitária, Heráclito disse ter sido construído um "campo de pouso".

– É uma pista com 1.600 metros, que só tem capacidade para pousos e decolagens de aviões leves. Isso jamais poderá ser reconhecido como um aeroporto internacional – comentou.

O senador apontou outras duas falhas: o governo do estado "se esqueceu" de comunicar a construção da pista à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a obra não foi vistoriada pelo organismo externo competente.

– O que se vive no Piauí é um clube da falsa felicidade. As obras são anunciadas, mas não acontece nada na realidade – protestou.

institucional



Haroldo Tajra (C, à direita) reúne-se com membros do Conselho de Administração do Senado e com Heráclito Fortes

Conselho administrativo reúne-se após 15 anos

Uma das primeiras providências do grupo, segundo diretor-geral, será conduzir, juntamente com a FGV, o processo de reestruturação da Casa

O novo diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, reuniu na última sexta-feira o Conselho de Administração do Senado, previsto no Regulamento Administrativo, e que não era convocado para deliberação havia mais de 15 anos.

Composto por vários diretores do Senado, o conselho tem por meta principal discutir e apresentar soluções, de forma

colegiada, para assuntos de interesse da Casa. Uma das suas primeiras providências, segundo Tajra, será conduzir o processo de reestruturação do Senado, em comum acordo com as recomendações da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O diretor-geral negou que a reativação do conselho tenha ocorrido em virtude das sindicâncias que investigam denúncias de

irregularidades na Casa. Para ele, trata-se apenas de "uma maneira pessoal de administração".

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), compareceu à instalação do conselho.

A ideia é reunir o colegiado de 15 em 15 dias, às sextas-feiras, a partir das 16h. Foi decidido que os diretores não receberão remuneração por participar do conselho.

"Não há irregularidade em reembolso de telefones"

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, negou irregularidade no reembolso a parlamentares de despesas com telefone residencial. De acordo com o jornal *Correio Brasileiro*, 21 senadores, nos últimos 30 meses, receberam um total de R\$ 209 mil para quitar despesas com telefones fixos instalados

em suas residências.

– Não existe qualquer irregularidade. Eles possuem uma quota mensal e, se ultrapassá-la, deverão pagar o excedente.

Segundo ele, os senadores precisam do telefone por ser um instrumento de trabalho, mesmo quando estão em casa.

A respeito da manutenção de

21 das 50 diretorias e cargos de direção extintos em março, conforme o Portal da Transparência do Senado, o 1º secretário foi claro: o novo quadro funcional passará pela diminuição das diretorias somente após a Fundação Getúlio Vargas entregar esta semana o estudo que trata da área administrativa.

Medidas garantem maior transparência

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou, na semana passada, medidas para aumentar a transparência da Casa. Além de auditorias e sindicâncias, o Senado criou o Portal da Transparência, que está no ar desde a última quarta, com informações sobre as

contas da instituição, a lista de seus servidores efetivos e comissionados, e os termos dos contratos e licitações.

Disponibilizado por sugestão de Renato Casagrande (PSB-ES), o portal contém as despesas cobertas com as verbas indenizatórias de cada

senador. Essas despesas já vinham sendo apresentadas no site do Senado, mas agora fazem parte do portal.

Também é possível acompanhar a execução financeiro-orçamentária do Senado, com o enlace para a página na web do Siga Brasil.

PORTAL NA INTERNET

O acesso ao Portal da Transparência do Senado pode ser feito por meio de um *link* no menu no canto esquerdo da página do Senado, ou pelo endereço www.senado.gov.br/sf/portaltransparencia.

AUDITORIAS

Entre as medidas, os senadores decidiram solicitar ao Tribunal de Contas da União auditoria sobre a folha de pagamentos dos servidores e sobre os contratos. Além disso, os contracheques dos funcionários serão unificados.

CRÉDITO CONSIGNADO

Romeu Tuma (PTB-SP) disse que todos os contratos de concessão de empréstimo consignado da Casa já estão sendo analisados pelo Banco Central, pela polícia e pelo Ministério Público.

ATOS SECRETOS

A comissão encarregada de examinar a existência de atos administrativos não publicados concluiu que há indícios de "deliberada falta de publicidade" em boletins internos e recomendou "abertura de sindicância para apurar responsabilidades".

AFASTAMENTO

O ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia apresentou pedido de afastamento por 90 dias. Ele argumentou a necessidade de preparar sua defesa de acusações contra decisões adotadas no período em que exerceu o cargo de diretor-geral do Senado.

Marina propõe "refundação do Senado em moldes democráticos"

"As instituições também adoeçam. Precisamos passar por uma 'instituinte'. Precisamos aproveitar o momento para refundar o Senado, tornando-o uma instituição à altura da democracia brasileira", afirmou Marina Silva (PT-AC).

Ante a onda de denúncias relacionadas ao Senado, ela propôs que, nessa restauração do Senado em moldes democráticos, sejam ouvidos os senadores, funcionários e especialistas em política e gestão pública, sem prejuízo das investigações da própria Casa, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público.

Para Marina, a crise já é institucional e, embora tenham sido apresentadas muitas propostas, não se pode dizer que a solução esteja a caminho. Ela propôs aproveitar o recesso de julho para promover um grande debate sobre as irregularidades encontradas.

– Não podemos ser maniqueístas, não existe um grupo que

representa o grande mal e outro o grande bem. A boa solução é aquela que é viável, que preserve aqueles que, no cargo público, observam a ética e o direito público. Nem todos são bandidos, mas todos vivem em perigo, pois as regras são muitas e ambiguidade virou a regra no Senado.



"A crise nunca foi tão oportuna. No Senado, vivemos uma situação de muita insegurança jurídica", diz Marina Silva

José Nery quer acionamento do Conselho de Ética e CPI no Senado

O senador José Nery (PSOL-PA) requereu à Mesa do Senado que informe a recomposição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, inativo desde março, quando terminaram os mandatos de 15 dos seus 16 membros. José Nery disse acreditar que o conselho terá de ser acionado para investigar, e eventualmente julgar, condutas de senadores em desacordo com a ética relacionadas à crise administrativa

que vive a Casa. Ele também voltou a defender a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de corrupção, gastos irregulares e concessão de privilégios pela alta administração do Senado.

– Provavelmente teremos de aplicar punições a senadores não só por participação nesses atos como por omissão – previu o senador.

Simon: Plenário deve decidir questões administrativas

Pedro Simon (PMDB-RS) propôs que questões administrativas e políticas sejam decididas por todos os senadores em Plenário, uma vez a cada mês. Ele também voltou a afirmar que a melhor solução é que o presidente do Senado, José Sarney, "se afaste por alguns meses", para que o conjunto de senadores possa se reunir e encaminhar uma solução. De acordo com Simon, "Sarney está visivelmente cansado e seu afastamento seria a melhor solução para ele, para sua família e para o Senado".

Para Paulo Duque, "não há motivo para que Sarney se afaste"

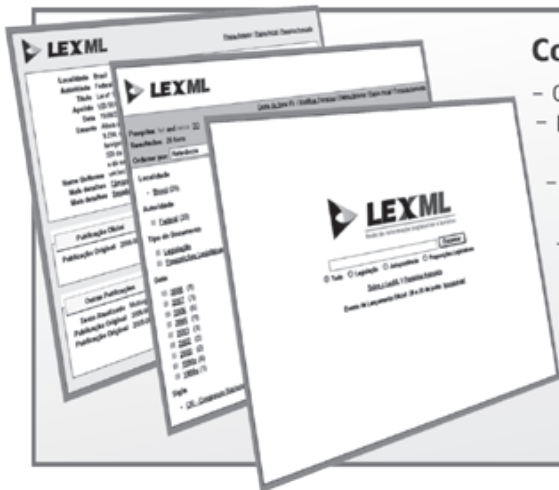
Paulo Duque (PMDB-RJ) sustentou que não há motivo para que José Sarney (PMDB-AP) se afaste da Presidência do Senado enquanto são investigadas denúncias de irregularidades cometidas por ex-diretores da Casa. Ele discordou da tese defendida por Pedro Simon e opinou que se trata de uma "coação política".

– Também não vejo motivo para que o Plenário fique encarregado de eleger o diretor-geral. Isso tem de ser definido pela Mesa, que é eleita para isso – afirmou.

FALTA RETRATAÇÃO

Wellington Salgado (PMDB-MG) criticou os veículos de imprensa que divulgam "notícias contrárias ao Senado sem retificá-las depois de comprovadamente desmentidas". Como exemplo, citou a reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, que o incluiu entre os beneficiários de atos secretos. O senador afirmou que, mesmo depois de "ter comprovado sua inocência", não recebeu retratação do jornal. Disse que encarregou um assessor de fazer a varredura em todos os 312 boletins suplementares e nos 118 regulamentares, para rastrear qualquer situação duvidosa envolvendo seu nome, e que não havia nada contra ele. Essa situação foi confirmada, segundo Wellington, no relatório final da comissão de sindicância que investiga o assunto.

institucional



Como funciona o sistema

- O site é acessado pelo endereço www.lexml.gov.br.
- Na *homepage* é exibida uma página de pesquisa simplificada, como em sites de busca tradicionais.
- No campo de busca, podem ser utilizadas palavras, números, datas, siglas e até apelidos, como "lei seca" ou "lei pelé".
- Ao se realizar a pesquisa, os resultados podem ser restritos por autoridade, localidade, tipo ou data do documento.
- O identificador do LexML utiliza o URN (Uniform Resource Name), um padrão universal de nomenclatura, permitindo que os links para os documentos nunca se percam e nunca sejam ambíguos, tendo sua persistência e unicidade garantidas.

Senado lança rede de informação legislativa

Portal LexML, premiado antes de ser inaugurado, é viabilizado por comunidade que tem representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário

A rede de informação legislativa e jurídica LexML vai ser inaugurada nesta terça-feira, no auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis. Sua base de dados será composta de 1.284.322 itens, atualizados semanalmente.

Segundo João de Oliveira Lima, um dos idealizadores da rede e analista de informática, o LexML reúne informações legislativas e jurídicas em linguagem unificada, de maneira organizada, para facilitar o acesso do cidadão.

- O seu diferencial com relação aos países europeus, onde o LexML já está mais avançado, é que ele promove a integração dos três Poderes com conteúdo do passado, presente e futuro - resumiu o analista.

A Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle - conhecida como TI

Controle -, responsável pelo LexML, viabilizou a integração entre tecnologia da informação e gestão de conteúdo.

A base de dados inclui leis, projetos de lei, decretos, normas, súmulas, acórdãos e jurisprudências, compreendendo documentos de origem legislativa e do Direito, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Até o momento, já aderiram ao portal os seguintes órgãos: Advocacia-Geral da União, Banco Central, Câmara dos Deputados, Conselho da Justiça Federal, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Controladoria-Geral da União, Ministério da Justiça, Ministério Público da União, Secretaria da Receita Federal, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de

Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Imprensa Nacional.

Em esfera estadual, somente a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aderiu ao portal e, entre os municípios, apenas a prefeitura de São Carlos.

As buscas por informação podem ser separadas por esfera - federal, estadual e municipal - e por data. O cidadão também pode selecionar documentos de seu interesse, para posterior envio por e-mail.

Mesmo antes de ser lançado oficialmente, o LexML recebeu o Prêmio Francisco Romeu Landi, do Instituto Conhecimento, Inovação e Práticas de TI na Gestão Pública (Conip), de Excelência em Inovação na Gestão Pública.

O portal representará o Brasil em evento da categoria (Dexa 2009) que acontecerá em agosto na Áustria.

Três Poderes aderiram ao portal, que tem 1,2 milhão de itens

Nova newsletter reúne jornal, agência, rádio e TV Senado

A Secretaria de Comunicação Social do Senado começou a distribuir boletim informativo reunindo a produção de todos os veículos de comunicação da Casa (TV, rádio, jornal e agência).

A nova newsletter será distribuída, todas as sextas-feiras, para cerca de 20 mil assinantes, e trará os destaques da semana no Senado, além da previsão dos trabalhos no Plenário e

nas comissões, as atrações da TV e da Rádio Senado.

Para receber a mensagem semanal, basta se cadastrar no site www.senado.gov.br/agencia/news.aspx.

Os boletins específicos de cada veículo continuam a ser enviados: TV Senado às quartas-feiras, Rádio Senado às quintas-feiras e Agência Senado, diariamente.

presidência



JONAS PEREIRA

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a visita da presidente da República das Filipinas, Gloria Macapagal Arroyo, e manifestou sua disposição de colaborar na ampliação das relações comerciais entre Brasil e Filipinas, inclusive no objetivo filipino de conseguir autossuficiência na produção de etanol.

A presidente explicou que também se interessa pelos programas brasileiros de desenvolvimento social. Sarney comentou que o Brasil tem conseguido grandes resultados nessa área, com os esforços dirigidos ao atendimento dos mais pobres, como o Bolsa Família.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) presenteou Gloria Macapagal Arroyo com alguns de seus artigos, publicados em inglês, em revistas internacionais, sobre o Programa de Renda Mínima.

Serys Shlessarenko (PT-MT) indagou à presidente das Filipinas sobre a participação feminina na política em seu país e foi informada que o Senado daquele país tem quatro senadoras, enquanto na Câmara de Deputados a representação feminina é praticamente equivalente à masculina.

Sarney concorda com moção em apoio ao comitê Rio-2016

Durante as comemorações do Dia Olímpico e do Dia Nacional do Esporte, o presidente José Sarney comprometeu-se com a aprovação, pelo Senado, de uma moção ao Comitê Olímpico Internacional (COI) de apoio à candidatura do Rio de Janeiro como sede da Olimpíada de 2016. O senador Adelmir Santana (DEM-DF) vai recolher as assinaturas dos líderes partidários. Bernard Rajzman, ex-jogador de vôlei que preside a comissão de atletas do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), agradeceu o apoio de Sarney. Depois da visita à Presidência do Senado, os atletas foram ao Auditório Petrônio Portela, onde 600 alunos de escolas do Distrito Federal os esperavam.

Senado expõe objetos da delegação olímpica do Brasil

Até o dia 7 de julho pode ser visitada no Salão Branco do Senado (Chapelaria) a exposição *Time Brasil em Pequim 2008*, parceria do Comitê Olímpico Brasileiro, Senado Cultural e Serviço Social do Comércio (Sesc). A mostra integra as comemorações do Dia Olímpico, 23 de junho, data da fundação do Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894. No Brasil, marca o Dia Nacional do Esporte. A exposição reúne 20 painéis com fotografias sobre a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, uniformes vestidos pela delegação brasileira, troféus, credenciais, bolas, dados técnicos, entre outras curiosidades do mundo do esporte.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shlessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado:
Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Bolivianos em São Paulo, escravos da esperança

Rádio Senado conta a saga de pessoas que deixam a Bolívia iludidas por falsas promessas e, no Brasil, trabalham até 17 horas diárias em locais insalubres

Cerca de 200 mil bolivianos vivem e trabalham na cidade de São Paulo. Em busca de uma vida melhor, muitos fogem da miséria e deixam para trás um país com uma trajetória política e econômica instável. A realidade desses imigrantes é o tema do especial "Escravos da esperança: a saga dos bolivianos em São Paulo", reportagem de Celso Cavalcanti e George Cardim que a Senado FM leva ao ar nesta sexta-feira, às 18h, com reprises no sábado e domingo.

A história da Bolívia é uma sucessão de revoluções, golpes e presidentes depostos. Independente há 183 anos, o país mais pobre da América do Sul acumula quase 200 golpes de Estado.

O sonho de vir ao Brasil, que para muitos bolivianos é um gigante econômico e um oásis de estabilidade na região, foi incorporado ao imaginário. As poucas perspectivas somadas às falsas promessas, na maioria dos casos, são uma armadilha. O recrutamento feito por familiares ou por meio de anúncios em rádios e jornais é o ponto de partida para o trabalho análogo ao de escravo.

Segundo o relatório final da CPI sobre Trabalho Escravo da Câmara de Vereadores em São Paulo, a realidade que os boli-



Bolivianos ilegais no Brasil trabalham e frequentam feiras de rua de São Paulo, como a da 25 de Março: realidade bem diferente da dos anúncios de recrutamento

vianos encontram na capital paulista é bem diferente. Muitos respondem aos anúncios sem dinheiro para custear a viagem e são "aprisionados" por dívidas. Uma vez empregados, seus documentos são retidos pelos donos das oficinas, principais empregadores. Ilegais no país, trabalham até 17 horas diárias, seis dias por semana, em locais insalubres, amontoados entre máquinas de costura e colchões e sem contato com o mundo exterior. Mas não se sentem explorados ou se queixam, porque fogem de uma situação ainda mais precária.

Por outro lado, há oficinas com instalações melhores e muitos

bolivianos já têm "vida social" no Brasil. Nos fins de semana, jogam futebol, vão à igreja e frequentam uma feira cultural. Segundo a Pastoral do Migrante, há mais de 800 times de futebol de bolivianos em São Paulo. Para autoridades, isso reduz a impressão de trabalho análogo à escravidão, mas não o descharacteriza.

Escravos da Esperança

Senado FM
3/7, sexta-feira, às 18h
4/7, sábado, às 10h
5/7, domingo, às 17h

resenha

Napione, o marechal italiano do Exército Brasileiro no século 19

Entre os patronos do Exército Brasileiro encontra-se a figura ímpar e exemplar do piemontês Carlo Antonio Napione. O oficial de engenharia do Reino de Sardenha, durante o período das invasões napoleônicas, foi convidado a servir no Exército português. Em 1800, assumiu como tenente-coronel agregado no Regimento D'Artilharia da Corte de Lisboa.

Em 1808, embarcou com a família real rumo ao Brasil, onde alcançou os maiores postos do Exército, morrendo como marechal de campo há 195 anos, na manhã de 27 de junho. O engenheiro militar Napione foi o primeiro grande especialista em armamentos do Reino Unido de Portugal e Algarves e em território brasileiro, o que lhe garantiu a homenagem, desde 1966, como Patrono do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro, além de nomear o 16º Batalhão Logístico (16º BLog), sediado em Brasília.

O livro O tenente-general Napione, do historiador e ensaísta italiano Riccardo Fontana, publicado pelo Senado Federal, detalha a história desse personagem e sua relevância como militar em três países. A obra também destaca a importância do Quadro de Material Bélico e um pouco da história do 16º BLog.

Questões até então inexplicáveis como a situação em que ocorreu sua morte, a falta de testamento e a misteriosa Escritura de Dívida e Obrigação de Hipoteca – único documento encontrado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – são



esclarecidas pelo pesquisador.

Em suas obras – vale destacar também *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambucetti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do século XVIII*, volume 46 das Edições do Senado Federal –, Fontana escreve ensaios históricos que resgatam a biografia de personagens italianos que ajudaram na consolidação de nosso país.

A leitura do volume é de extremo valor para todos os que amam o estudo das personagens injustamente esquecidas de nossa história e também um incentivo a que mais pesquisadores resgatem histórias interessantes e relevantes para o país.

ALEXANDRE GUIMARÃES

Consultor legislativo do Senado Federal

O tenente-general Napione, de Riccardo Fontana, e outros livros publicados pelo Senado podem ser adquiridos por meio da livraria virtual, no endereço www.senado.gov.br/livraria, ou pelo e-mail livros@senado.gov.br



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - EcoSenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao país dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
TV POR ASSINATURA: ANTENA PARABÓLICA
Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: 3/4

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Impunidade

"Temos no Congresso um espetáculo deprimente, com muitos escândalos e impunidade. Governos bons são caluniados. Os piores são prestigiados. O que importa é o poder. Alguns partidos têm uma parcela de culpa, entre eles o PMDB, um partido sem identidade, que só quer levar vantagens em tudo, tanto faz se vai prejudicar o país. Escolas e hospitais precários, instituições falidas, escassez de moradia. Sem moralismo nem discursos enfeitados, os senhores podem mudar essa situação. Mas ignorar a opinião pública é não levar a sério uma nova moralidade para este Congresso, é escutar o eleitor."

Paulo Lopes,
do Rio de Janeiro (RJ)

Fator previdenciário

"Fico indignado com o que acontece no Senado. Para aprovar medidas que beneficiem o cidadão, como o reajuste do fator previdenciário para quem ganha mais do que o mínimo e o piso salarial dos professores, existe tanta dificuldade! Ao mesmo tempo, para beneficiar a classe política, os projetos são aprovados de imediato. Espero que em 2010 o povo brasileiro saiba escolher os seus senadores."

José Azevedo,
de Mamanguape (PB)

Aposentadoria

"Alguns brasileiros privilegiados – os parlamentares – recebem salários estratosféricos e se aposentam com oito anos de serviço, ganhando o salário integral. Enquanto isso, milhões de trabalhadores dão um duro danado para sobreviver com um salário minguado, e só conquistam o direito a aposentadoria após 30 ou 35 anos de luta. O valor da aposentadoria mal dá para cobrir necessidades básicas: moradia, alimentação, remédios e saúde. Nossos governantes não podem continuar a fingir que não enxergam tamanha injustiça."

Dante Ulivieri, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Transparência

"Parabenizo os senadores pela clareza que estão tendo com o cidadão brasileiro, mostrando a realidade do Senado e falando a verdade, além de não estarem aceitando as irregularidades dentro do Parlamento."

Tarcisio de Souza,
de Condado (PE)

Reabilitação

"Expresso a minha admiração e respeito ao Senado, pelo bom exemplo que dá ao país ao prestar serviço de reabilitação funcional a seus funcionários. Isso reflete a preocupação dos senadores com a saúde de seus servidores."

Manoel Bispo,
de Feira de Santana (BA)

Minha Casa, Minha Vida

"Fiquei feliz com esse projeto maravilhoso do governo federal de construir 1 milhão de casas, mas, ao saber que o programa será colocado nas mãos da prefeitura, fiquei triste: a prefeitura de Curitiba, administrada pelo PSDB, através da malfadada Coab, usa métodos de restrição comercial, como pesquisas em SPC e Serasa, próprias de qualquer imobiliária, para liberar imóveis populares. Eu em particular, aposentado, estou na fila desde 1994. A impressão que passa é a de que só o cidadão de classe média é beneficiado pelo programa, ou os apadrinhados de vereadores e funcionários da prefeitura."

Célio Borba, de Curitiba (PR)

Filas e cidadania

"Na edição 2.974/208 do **Jornal do Senado**, o senador Mozarildo fala que o combate à corrupção exige conscientização. E diz que furar fila de merenda é um ato de corrupção. Logo, furar fila de banco e furar fila de carros (para sair de uma avenida), como muitos fazem, também é corrupção. E muitas mulheres têm seguido o mau exemplo dos homens."

Fernando Toledo,
de Brasília (DF)

frases



A mudança da realidade é visível e, daqui em diante, ninguém vai querer produzir soja, boi ou seja o que for, em área desmatada

Serys Silhessarenko, elogiando iniciativa do maior frigorífico de Mato Grosso, de não comercializar carne bovina de fazendas desmatadas ilegalmente.

Digo aqui com profundo sentimento de mágoa e não gostaria de dizer o que vou dizer: o presidente Sarney tem que se afastar da Presidência para o bem dele, da família dele, da sua história e deste Senado. Se for possível, hoje

Pedro Simon, ao defender, quinta-feira, o afastamento de José Sarney até que as denúncias contra ele sejam apuradas.

Não vejo por que uma ideia como essa [de afastamento de José Sarney]. Toda casa legislativa é assim, uma crise permanente

Paulo Duque, questionando a posição de Pedro Simon.



J. FREITAS

A matéria [jornalística] por si só é uma condenação. Isso aqui é um massacre indevido e a gente passa por bandido

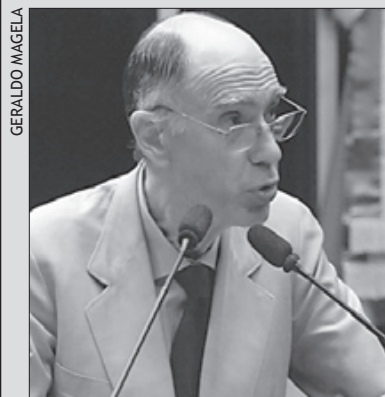
Geraldo Mesquita Júnior, ao afirmar que não cometeu nada de ilícito nem foi ouvido pelos jornalistas que o colocaram numa lista de beneficiados pelos chamados atos secretos.

Acabou a CPI da Petrobras. Trabalharam muito direitinho e acabaram com a CPI

Papaléo Paes, para quem o governo federal obtém ganhos eleitorais com o desvio do foco da CPI da Petrobras para as denúncias contra o Senado.

A decisão do Supremo Tribunal Federal é um retrocesso para o jornalismo

João Pedro, sobre a revogação pelo STF da exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista.



GERALDO MAGELA

Enquanto crianças, adolescentes e jovens mais abastados se protegem em escolas privadas de padrão mais elevado, as escolas públicas, com as deficiências conhecidas e retratadas nas sucessivas avaliações, parecem ser reservadas às populações mais pobres

Marco Maciel, ao defender a democratização do ensino de qualidade no país.



pergunte ao senador

"Considerando o advento das sociedades sustentáveis, por que não há ainda no ensino fundamental o ensino teórico e prático de educação ambiental voltado para a sustentabilidade?"
Mara Araújo, de Taguatinga (DF)

O senador **Cristovam Buarque (PDT-DF)** responde:

Gostei muito da sua pergunta, Mara. Primeiro, nosso ensino fundamental não é fundamental, é um quase ensino fundamental, um pseudoensino fundamental, e aí não tem lugar para ensinar educação para a sustentabilidade e ensinar a importância do respeito à natureza. Nós temos que mudar o ensino fundamental para que seja em horário integral, permitindo que os alunos possam ter acesso a uma das disciplinas mais importantes para o tempo atual, que é a sustentabilidade, isto é: a capacidade que indivíduo, grupo de indivíduos ou empresas e aglomerados produtivos em geral têm de se manterem inseridos num determinado ambiente sem, contudo, impactar violentamente esse meio, garantindo, assim, qualidade de vida a todos.

Educação para uma sociedade sustentável



GERALDO MAGELA

A ameaça da nova gripe

O aumento repentino de casos de pessoas infectadas pela gripe suína (vírus H1N1, influenza A) no país, de 398% em uma semana, levou o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a recomendar o adiamento de viagens ao Chile e à Argentina, onde muitos brasileiros

foram recentemente contaminados. A recomendação é direcionada a idosos (acima de 60 anos), crianças (até dois anos) e pessoas com baixa imunidade. Na sexta-feira, havia 522 casos da gripe confirmados no Brasil. Veja medidas para prevenção e controle da doença.

Ministério segue protocolo

Veja as definições do Protocolo de Procedimentos para o Manejo de Casos e Contatos de Influenza A (H1N1), do Ministério da Saúde:

Caso suspeito

Doença de início súbito, com febre (temperatura acima de 37,5° C), tosse ou dor de garganta, com ou sem outros sintomas – como dores de cabeça, musculares ou nas articulações, ou ainda dificuldade para respirar. Esses sintomas devem estar vinculados às seguintes situações:

- ▶ paciente retornou, nos últimos dez dias, de países com casos confirmados da gripe; ou
- ▶ teve contato próximo, nos últimos dez dias, com um caso suspeito ou confirmado.

Caso confirmado

Infeção confirmada por exame em laboratório de referência ou, caso não tenha sido possível coletar amostra, confirmação de contato próximo com pessoa cujo contágio foi constatado.

Caso descartado

Caso suspeito cujo exame deu negativo.

Contato próximo

Contato com pessoa com caso suspeito ou confirmado, um dia antes e até sete dias após o início dos sintomas, nas seguintes situações:

- ▶ durante viagem internacional (passageiros da mesma fileira, das fileiras laterais e das duas fileiras à frente e atrás da pessoa com caso suspeito ou confirmado);
- ▶ pessoas que cuidam, convivem ou que tiveram contato com secreções respiratórias da pessoa com caso suspeito ou confirmado.

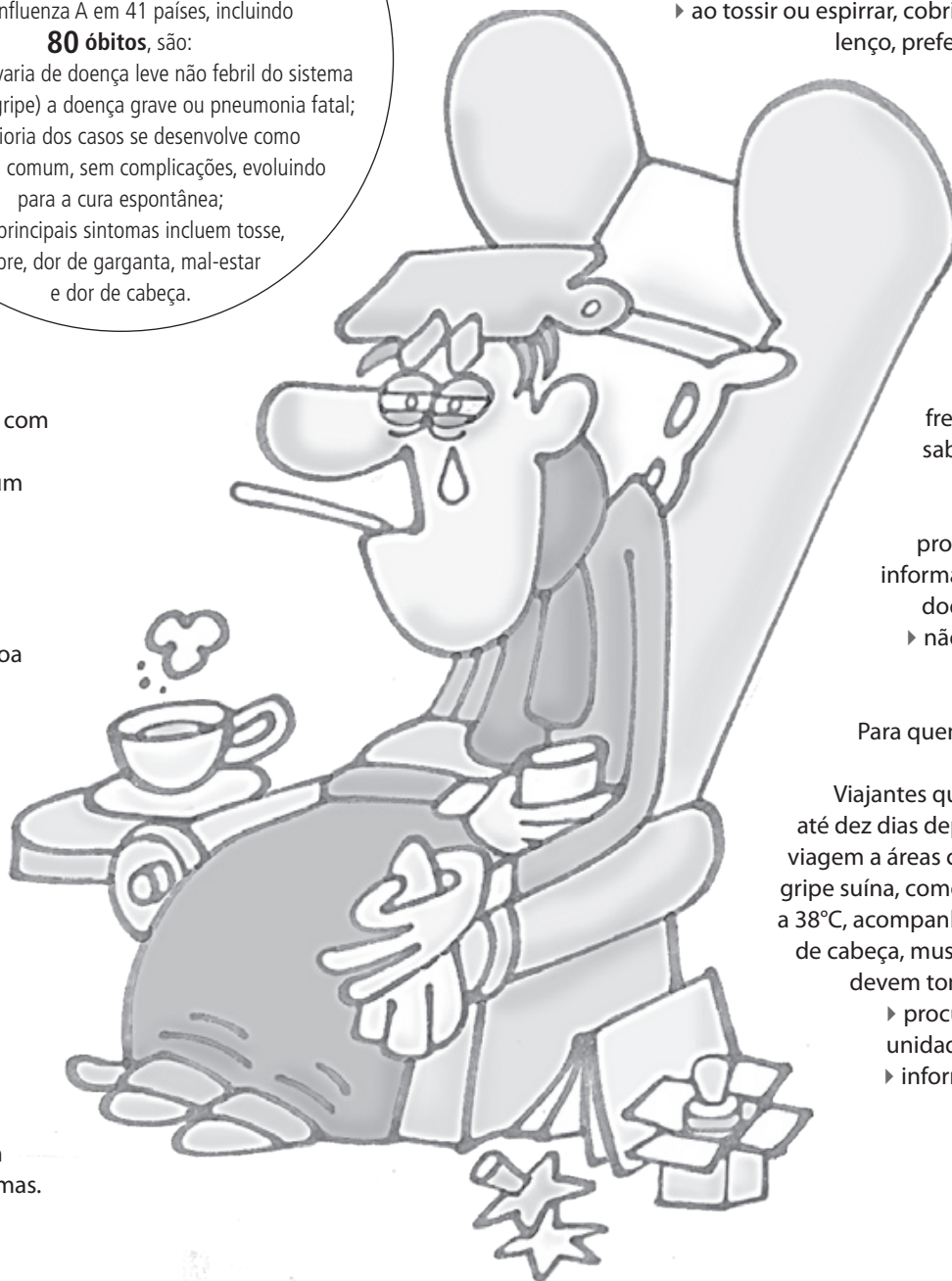
ATENÇÃO: os menores de 12 anos infectados podem armazenar o vírus até 14 dias após o início dos sintomas.

Características da doença

A publicação da Organização Mundial da Saúde (OMS) *Weekly Epidemiological Report*, de 22 de maio, informa que as principais características dos **10.243 casos laboratorialmente confirmados** de infecção pelo vírus influenza A em 41 países, incluindo

80 óbitos, são:

- a infecção varia de doença leve não febril do sistema respiratório (gripe) a doença grave ou pneumonia fatal;
- a maioria dos casos se desenvolve como uma gripe comum, sem complicações, evoluindo para a cura espontânea;
- os principais sintomas incluem tosse, febre, dor de garganta, mal-estar e dor de cabeça.



A ordem é prevenir

O ministro José Gomes Temporão ressaltou que não há proibição de viagens para países afetados pela gripe suína e a recomendação é uma medida adicional e preventiva, já que a maioria das ocorrências no Brasil teve origem em pessoas infectadas vindas do exterior e não na transmissão da doença dentro do país.

Essa foi a razão de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter aumentado o nível de alerta em todos os portos e aeroportos, com

o objetivo de detectar, diagnosticar e tratar casos suspeitos.

A Anvisa tornou obrigatório o preenchimento da Declaração de Saúde do Viajante para monitorar todos os passageiros do Mercosul que chegam ao país, com a distribuição de formulários nos portos, aeroportos e nas áreas de fronteiras. Além disso, as companhias aéreas serão obrigadas a fornecer a lista de passageiros junto com a Declaração Geral da Aeronave no momento da chegada do avião.

Como evitar o contágio

Veja as recomendações do Ministério da Saúde para que as pessoas evitem o contágio pelo vírus da gripe suína:

Para quem vai viajar para áreas afetadas

- ▶ usar máscaras cirúrgicas descartáveis durante toda a permanência no local e substituí-las sempre que necessário;
- ▶ ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com um lenço, preferencialmente descartável;
 - ▶ evitar locais com aglomeração de pessoas;
 - ▶ evitar contato direto com pessoas doentes;
 - ▶ não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal;
 - ▶ evitar tocar olhos, nariz ou boca;
 - ▶ lavar as mãos frequentemente com água e sabão, especialmente depois de tossir ou espirrar;
 - ▶ em caso de ficar doente, procurar assistência médica e informar história de contato com doentes e roteiro de viagens;
 - ▶ não usar medicamentos sem orientação médica.

Para quem chega de áreas afetadas e apresenta sintomas

Viajantes que apresentarem sintomas até dez dias depois de terem chegado de viagem a áreas com casos confirmados de gripe suína, como febre repentina superior a 38°C, acompanhada de tosse e (ou) dores de cabeça, musculares e nas articulações, devem tomar as seguintes medidas:

- ▶ procurar assistência médica na unidade de saúde mais próxima;
- ▶ informar seu roteiro de viagem ao profissional de saúde.

Pessoas de grupo de risco precisam ficar em quarentena hospitalar

Entre as medidas de prevenção e controle recomendadas pelo Ministério da Saúde, estão a quarentena e o isolamento. Saiba em que casos são indicados:

Quarentena domiciliar voluntária: recomendada às pessoas que tiveram contato próximo com pessoa com caso suspeito ou confirmado, mas que não apresentem sintomas. O período deve ser de sete dias, contados a partir do último contato (14 dias no caso de crianças). Durante a

quarentena, a pessoa deve:

- ▶ evitar compartilhar objetos;
 - ▶ evitar tocar olhos, nariz ou boca;
 - ▶ lavar as mãos frequentemente com água e sabão, em especial depois de tossir ou espirrar;
 - ▶ manter o ambiente ventilado.
- A Vigilância Epidemiológica deverá acompanhar a pessoa, por telefone ou presencialmente, durante sete dias.

Isolamento domiciliar: recomendado para pessoa que teve

contato com a gripe e apresente os sintomas, mas que não pertença a grupo de risco para complicações e óbito. Além das orientações do item anterior, deve-se:

- ▶ usar máscara cirúrgica descartável;
- ▶ permanecer em quarto exclusivo;
- ▶ evitar contato próximo com pessoas.

Isolamento hospitalar: para os pacientes de grupos de risco. Deve ser realizado somente nos

hospitais de referência, divulgados no *site* do Ministério da Saúde. Segundo a OMS, deve ocorrer em quarto privativo, sinalizado, com vedação na porta, boa ventilação e acesso restrito aos profissionais de saúde.

O isolamento (domiciliar ou hospitalar) será suspenso nas seguintes situações:

- a) se for descartado o diagnóstico de influenza A;
- b) nos casos confirmados, ao final do 7º dia após o início dos sintomas (14º dia para crianças).

Saiba mais

Ministério da Saúde

Esplanada dos Ministérios, bloco G
Brasília (DF)
CEP 70058-900

Disque Saúde

0800 61 1997
www.saude.gov.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

SIA trecho 5,
área especial 57,
bloco B, térreo
Brasília (DF) –
CEP 71205-050
(61) 3462-6000
www.anvisa.gov.br